Edição nº 2048 - 19 de maio de 2025







# Prefeitura de SANTANA

# SUMÁRIO

# **Poder Executivo Municipal**

Prefeito Municipal de Santana SEBASTIÃO FERREIRA DA ROCHA

Vice-Prefeita

MARIA ISABEL NOGUEIRA DE SOUSA

Chefe de Gabinete do Prefeito SÔNIA MARIA BARBOSA FERNANDES

Procurador Geral
RONILSON BARRIGA MARQUES

Controlador Geral

CARLOS ALBERTO NERY MATIAS

Secretário Municipal Especial de Governo e Gestão RUBENS JOSE ESTEVES CORREA

Secretário Municipal de Planejamento e Orçamento
MARLUS PINTO DE CARVALHO

Secretário Municipal de Administração

ISRAEL MONTEÍRO DA SILVA JÚNIOR

Secretário Municipal de Fazenda DANIEL DOS SANTOS FREIRE

Secretário Municipal de Saúde PLINIO SILVA DA LUZ

Secretário Municipal de Educação AMARILSON GUILHERME DO AMARAL

Secretário Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos ANDERSON RICARDO ALMEIDA FEIO

Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania

Secretário Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Habitação **HELDER DE LIMA LIMA** 

Secretário Municipal de Tecnologia da Informação e Telecomunicações VESLEI GIBSON DE SOUZA GUIMARÃES

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico ROBSON BARBOSA DE PAES

Secretário Municipal de Agricultura GENIVAL MARREIROS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Aquicultura e Pesca GEANO GORDIANO LIMA PAES

Secretário Municipal de Defesa Civil e Eventos Climáticos HELIVANILTON RAMOS MOURA

Secretário Municipal de Zeladoria Urbana FRANCINEI PAIXÃO DA SILVA

Secretária Municipal Extraordinária de Turismo

DIANA CHAGAS PINTO CASTELO

Secretário Municipal Extraordinário de Desporto e Lazer RODOLFO MARINHO LEITE NETO

Secretária Municipal Extraordinária de Juventude YARA LORRANE SOUZA DE BARROS

Secretário Municipal Extraordinário de Promoção da Igualdade Racial LEO FERNANDO CORDOVIL DA SILVA

Secretária Municipal Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres de Santana

LEA SORYANA CORDOVIL DA SILVA

Secretária Municipal de Trabalho e Renda **HELENA PEREIRA COLARES** 

Secretário Municipal Extraordinário de Segurança Institucional CLEUDO SOUSA ROCHA

Secretária Municipal Especial de Reapresentação em Brasília CRISTIANE SOUSA DA SILVA

Secretário Municipal Especial de Articulação Governamental JOSÉ DO EGITO VIANA SAMPAIO

Secretário Municipal Especial de Relações Institucionais ANTONIO DE JESUS SOUSA ROCHA

Secretário Municipal Especial de Articulação Econômica MARIO DA SILVA BRANDÃO

Superintendente de Transporte e Trânsito de Santana LUCAS DOS SANTOS NAHUM

Presidente da Companhia Docas de Santana **EDIVAL CABRAL TORK** 

Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social de Santana RUZO DE JESUS PONTES DA SILVA

Diretor Presidente da Fundação de Cultura do Município de Santana MANOEL DJARDE QUEIROZ DO NASCIMENTO

Diretora Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Santana

ÂNDRIA DOS SANTOS GÓES BRANDÃO

Inspetor Geral da Guarda Civil Municipal de Santana DENIS DE FREITAS FERNANDES

Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Município de Santana LUIZ JOSE DOS SANTOS MONTEIRO

PUBLICAÇÕES GAB.PREF	pag.: 03 - 04
LEI MUNICIPAL	pag.: 04
PUBLICAÇÃO SEMOP	pag.: 04
PUBLICAÇÃO SANCULT	pag.: 05 - 16
PUBLICAÇÃO SEMAD	pag.: 16
PUBLICAÇÃO SEME	pag.: 17
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	pag.: 18



8540-74EA-A195-C7D7

# **PUBLICAÇÃO GAB.PREF**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1180/2025 - GAB.PREF/PMS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em consonância com a Lei Complementar nº 007/2015 - PMS, e suas alterações:

CONSIDERANDO o Proc. Administrativo 443/2025 - 1DOC/PMS, que trata sobre o deslocamento da servidora Gabriela Morais Da Luz, para participar do Encontro da Rede de Intersetorialidade com a Educação, que ocorrerá nos dias 21, 22 e 23 de maio de 2025, na cidade de Salvador/BA.

### RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR O DESLOCAMENTO da servidora GABRIELA MORAIS DA LUZ, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – SEME/PMS, da Sede de suas atribuições em Santana-AP, para participar do Encontro da Rede de Intersetorialidade com a Educação, no período de 21 a 23 de maio de 2025, na cidade de Salvador/BA.

Art. 2º O deslocamento da Chefe do Departamento de Educação de Jovens e Adultos – SEME/PMS, não fará jus a percepção de diárias, uma vez que os custos referentes ao deslocamento serão custeados diretamente pelo MEC, conforme disposto no Memorando 6.691/2025 – 1DOC/PMS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA SANTANA – AP, 14 DE MAIO DE 2025.

SEBASTIÃO FERREIRA DA ROCHA

Prefeito do município de Santana



AOF



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1224/2025 - GAB.PREF/PMS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em consonância com a Lei Complementar nº 007/2015 - PMS, e suas alterações:

CONSIDERANDO Proc. Administrativo 514/2025 – 1DOC/PMS, o qual solicita autorização para o deslocamento do servidor ISRAEL MONTEIRO DA SILVA JÚNIOR, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, para tratar das pendências relativas à regularização da aquisição do imóvel destinado ao funcionamento da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CASA AMANHECER na cidade de São Paulo/SP.

# RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR O DESLOCAMENTO do servidor ISRAEL MONTEIRO DA SILVA JÚNIOR, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, da sede de suas atribuições em Santana-AP, para cumprir agenda institucional na cidade de São Paulo/SP, no período compreendido de 23 a 28 de maio de 2025.

 $\mbox{\bf Art. 2}{}^{o}\mbox{ O deslocamento do SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO não causará prejuízo a suas atividades laborais. } \label{eq:localization}$ 

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA SANTANA – AP, 19 DE MAIO DE 2025.

> SEBASTIÃO FERREIRA DA ROCHA Prefeito Municipal de Santana





### DECRETO Nº 1225/2025 - GAB.PREF/PMS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em consonância com a Lei Complementar nº 007/2015 - PMS, e suas alterações:

CONSIDERANDO Proc. Administrativo 514/2025 – 1DOC/PMS, o qual solicita autorização para o deslocamento do servidor RONILSON BARRIGA MARQUES, PROCURADOR(A)-GERAL DO MUNICÍPIO, para tratar das pendências relativas à regularização da aquisição do imóvel destinado ao funcionamento da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CASA AMANHECER na cidade de São Paulo/SP.

### RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR O DESLOCAMENTO do servidor RONILSON BARRIGA MARQUES, PROCURADOR(A)-GERAL DO MUNICÍPIO - PGM/PMS, da sede de suas atribuições em Santana-AP, para cumprir agenda institucional na cidade de São Paulo/SP, no período compreendido de 23 a 28 de maio de 2025.

Art. 2º O deslocamento do PROCURADOR(A)-GERAL DO MUNICÍPIO não causará prejuízo a suas atividades laborais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA SANTANA – AP, 19 DE MAIO DE 2025.

# SEBASTIÃO FERREIRA DA ROCHA

Prefeito Municipal de Santana



das

Para

A93A-3B40-D0B2-43D8

6D67-F686-868F-3B4A



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1226/2025 - GAB.PREF/PMS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em consonância com a Lei Complementar nº 007/2015 - PMS, e suas alterações:

# RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR XAIANE LOPES GOMES para o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR (A) GOVERNAMENTAL II, DAS – 2, da ASSESSORIA ESPECIAL DO GABINETE DO(A) PREFEITO(A) do GABINETE DO PREFEITO - GAB.PREF/PMS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA SANTANA – AP, 19 DE MAIO DE 2025.

> SEBASTIÃO FERREIRA DA ROCHA Prefeito Municipal de Santana

sinado por 1 pessoa: SEBASTIAO FERREIRA DA ROCHA ra verificar a validade das assinaturas, acesse https://santana.1do





7C80-08AF-5F84-9F67

### DECRETO Nº 1228/2025 - GAB.PREF/PMS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTANA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em consonância com a Lei Complementar nº 007/2015 - PMS, e suas alterações:

### RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o DECRETO Nº 1188/2025 - GAB.PREF/PMS. publicado no Diário Oficial do Município Edição nº 2045 de 14 de maio de 2025.

"NOMEAR VANÚBIA DANTAS FERREIRA CORREA para o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR TÉCNICO DE ORDENAMENTO PORTUÁRIO, DAS - 3, da COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA - SEMOP do PROGRAMA DE GERÊNCIAS "PROJETO COLORINDO SANTANA" - SEMGOV/PMS.".

### Leia-se:

"NOMEAR VANÚBIA DANTAS FERREIRA CORREA para o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR TÉCNICO DE ORDENAMENTO PORTUÁRIO, DAS - 3, da COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA do PROGRAMA DE GERÊNCIAS "PROJETANDO SANTANA PRA FRENTE" - SEMGOV/PMS "

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA SANTANA - AP. 19 DE MAIO DE 2025.

SEBASTIÃO FERREIRA DA ROCHA

Prefeito Municipal de Santana

FF8E-DC6F

SEBASTIAO F

ŏ

das

# LEI MUNICIPAL



LEI Nº 1.568, DE 16 DE MAIO DE 2025.

(Autoria: Helena Lima)

INSTITUI O MÊS ESCOLAR DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E DÁ **OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** 

SEBASTIÃO FERREIRA DA ROCHA, Prefeito do Municipio de Santana, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o inciso III, do artigo 48 da Lei Orgânica do Município de Santana, faz saber que a Câmara de Vereadores APROVOU e ele SANCIONA a seguinte lei:

Art.1º Fica instituído o mês escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica, com os seguintes objetivos:

- I promover a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher; II - fomentar a integração da comunidade escolar no desenvolvimento de estratégias
- para o enfrentamento das diversas formas de violência, especialmente contra a mulher; III - abordar os mecanismos de assistência à mulher em situação de violência
- doméstica e familiar, seus instrumentos protetivos e os meios para o registro de denúncias:
- IV promover debates e atividades educativas que incentivem a igualdade entre homens e mulheres, prevenindo e coibindo a violência contra a mulher;
- V estimular a realização de atividades culturais, artísticas e pedagógicas voltadas à conscientização sobre a violência de gênero;
- VI incentivar a formação continuada de professores e demais profissionais da educação sobre temáticas de gênero e violência contra a mulher. Art.2º A Prefeitura Municipal de Santana, por meio de seus órgãos competentes,
- I fornecer suporte pedagógico e material didático para a realização das atividades
- II estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas, organizações não governamentais e especialistas na temática para a execução do mês escolar;

previstas nesta Lei:







III - promover a capacitação de docentes e gestores escolares para abordagem adequada dos temas relacionados à violência contra a mulher;

IV - incentivar a participação dos pais e responsáveis nas atividades do mês escolar;

V - garantir a inclusão das atividades do mês Escolar de Combate à Violência contra a Mulher no calendário oficial das instituições de ensino

Art.3° Durante o mês Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, as instituições de ensino deverão promover:

- I palestras, seminários e oficinas temáticas ministradas por profissionais
- II exibição de filmes, documentários e peças teatrais que abordem a temática da violência de gênero;
- III debates e rodas de conversa com a participação de estudantes, familiares e comunidade escolar;
- IV campanhas de conscientização por meio de murais, cartazes, redações e outras atividades interativas
- V concursos culturais, literários e artísticos sobre a temática da violência contra a

Art.4° As atividades previstas nesta Lei deverão respeitar a faixa etária dos estudantes e ser conduzidas de maneira pedagógica, garantindo um ambiente seguro e inclusivo para todos.

Art.5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Municipal ROSELINA MATOS, em Santana-AP, 16 de maio de 2025.

# SEBASTIÃO FERREIRA DA ROCHA

Prefeito do Município de Santana



ado por 1 verificar a

Assinado p Para verifi

Δ

FF8E-DC6F-288B-BB6C

# PUBLICAÇÃO SEMOP



ESTADO DO AMAPÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

A Prefeitura Municipal de Santana, CPNJ: 23.066.640/0001-08, com sede nesta cidade de Santana, sito a Av. Santana, nº 2975, Bairro Paraíso, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos-SEMOP/PMS, Senhor ANDERSON RICARDO DE ALMEIDA FEIO, brasileiro, portador do RG nº 285812 PTC/AP e do CPF nº 688.618.292-34 residente e domiciliado na Avenida 15 de novembro, nº 3858, Bairro Fonte Nova, Santana-AP, outorgado pelo Senhor Prefeito SEBASTIÃO FERREIRA DA ROCHA conforme o Decreto nº 0005/2021 – GAB/PMS, vem através deste termo reconhecer a divida com a empresa C. A. DE A. FREIRES LTDA, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 06.214.344/0001-80, sediada na Rua Pedro Salvador Diniz, 320, bairro Central, no Município de Santana, no Estado do Amapá, CEP 68.925-180, no valor de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais). Constam no Processo 8.390/2024 a documentação necessária e pareceres favoráveis da Procuradoria Geral do Município e Controladoria Geral do Município onde afere a execução dos serviços prestado pela referida empresa.

Santana-AP, 19 de Maio de 2025.

ANDERSON RICARDO DE ALMEIDA FEIO SECRETÁRIO DA SEMOP/PMS Decreto nº 0005/2021- PMS

ANDERSON RICARDO DE ALMEIDA I das assinaturas, acesse https://santana





# **PUBLICAÇÃO SANCULT**



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2025 - SANCULT/PMS

LUITAL DE CHAMAMENTO PÜBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSOCIODADE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 23.066.640.0001-08, com sede na Avenida Santana, 2975, Paraiso, representada através da Fundação Municipal Cultura — SANCULT, representado por seu. Diretor Presidente, Sr. MANCHE, DIARDE CUEIROZ DO NASCIMENTO, inscrito no CPF nº 209.992.562-68, com artibuições que lhe foram conferidas por delegação do Exmo. Sr. Prefeito, através do Decreto Municipal nº 1862/2024-GAB/PMS, torna público o presente Edital de Chamamento Publicio visando à seleção de Organização da Sociedade Civil (OSC's) interessadas em celebrar TERMO DE COLABORAÇÃO tendo por objeto o desenvolvimento de ações de promoção as manifestações culturais do Projeto Circuito Cultural 2025, conforme previsto no presente edital.

presente edital.

O presente chiamamento rege-se pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, e abualizada pelos Decretos Federais nº 11.661, de 28 de março de 2023, e nº 11.948, de 30 de janeiro de 2024, além das demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, oriundo do Processo Administrativo nº 013/2025 – SANCULT/PMS.

A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de Organização da Sociedade Civil (OSC), para a celebração de parceria entre a Prefeitura Municipal de Santana com organizações da sociedade civil (OSC), mediante formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e reciproco, envolvendo a transferência de recursos financeiros estaduais, conforme condições estabelecidas neste Edital.

O presente chamamento tem como proposito fomentar e garantir a todos os municipes o pleno exercicio de direitos culturais, incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais através do Projeto Circuito Cultural 2025, no Municio do Santaina, garantindo e a fantidade institucional de propiciar o acesso cultura, conforme previsto no art. 215 da Constituição de Gederal e arts. 291 a 295 da Constituição do Estado do Amapá e demais legislações infraconstitucionais correspondentes.

As diretrizes estão harmonizadas com os normativos federais atualizados, incluindo os Decretos nº 11.661/2023 e nº 11.941/2024, que trazem inovações relativas à transparência, à prestação de contas e à execução das parcerias. O procedimento de seleção segue os precetos da Lei Federal nº 13.01/9 d de julho de 2014, pelo Decreto Estadual nº 6.795 de 31 de julho de 2024, e demais normas legais e de julho de 2014, pelo Decreto regulamentares aplicáveis à espe

Assim através deste, selecionar Organização da Sociedade Civil (OSC), para execução do Projeto Cultural 2025, que executarão os itens que seguem descritos no **ANEXO I**.

2.1. As parcerias a que alude o item 1 deste edital terão por objeto a seleção de Organização da Sociedade Civil para execução de ações voltadas a promoção e desenvolvimento da Cultura, mediante





manifestação de interesse, e que possuam caráter social (aberto ao público), recreativo (entretenimento que promova satisfação e interatividade) e de formação, sempre voltado para a valorização das festações culturais

# 3. CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENDO PÚBLICO

- 3.1. As exigências aqui dispostas seguem as atualizações normativas introduzidas pelo Decreto n 11.948/2024, especialmente quanto à vedação à contratação de organizações com contas reprovadas ou dirigentes com pendências jurídicas relevantes.
- 3.2. Poderão participar deste chamamento público as organizações do ramo pertinente ao seu objeto que
- Que está ciente e concorda com as disposições previstas neste Edital e que se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção;
  II- no mínimo 30 (III-s) anos com aldução, com cadasto ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF, com base no CNPJ;
- III- experiência prêvia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, devidamente comprovado através dos documentos previstos neste edital.
- UV- instalações, condições materiais e capacidade têcnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a serem comprovados conforme exigências contidas neste Edital.
- 3.2.1. Para poder celebrar as parcerias, as OSC deverão ser regidas por estatutos cuias normas
- a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;
- c) escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.
- 3.2.2. Não poderão participar do presente Chamamento Público (CP) as OSC's que estejam nas seguintes vedações conforme o Art. 39 da Lei 13,019/2014 e suas alterações e o Decreto nº 11.948/2024:
- não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar em território
- esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anterio
- III- tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
- IV- tenha tido as contas rejeitadas pelo Município nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se
- a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
   b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
   c) a apreciação de contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

- tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar apenalidade
- a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, bem como os inclusos no rol dos impedimentos da lei orgânica municipal;

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA CNPJ: 33.894.009/0001- 42



- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
- c) suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- comitato como digue se entidados da destrar au governió municipal, por plazo na superior a uz (dos) antos, d) declaração de inidoneidade para participar de CP ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidade de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressacria administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alinea c;
- VI- tenha tido contas de parceira julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrivel, nos últimos 8 (oito) anos;
- estera da n-decração, em decisão irrecornivel, nos utilmos s (otro) anos; VIII- tenha enfre seus dirigentes pessoa.

  a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecornivel, nos últimos 8 (otro) anos; b) julgadar esponsável por falta grave e inabilitada para o exercicio de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
- c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei Federal n. 8.429, de 02/06/1992.
- 3.3. No presente Chamamento Público é vedada a participação de organização em rede
- 3.4. A documentação e propostas deverão ser apresentadas sem emendas ou rasu

### 4. COMISSÃO DE SELEÇÃO

- 4.1. A Comissão de Soleção observará as diretrizes atualizadas do Decreto nº 8.726/2016 e suas alterações com observância dos Art.13 e Art.14 do disposto decreto, quanto à imparcialidade, impessoalidade e à qualificação técnica dos membros designados.
  4.2. A Comissão do Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e judgar o presente chamamento público, tendo sido constituída mediante ato publicado no Diário Oficial do Município de
- 4.3. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha, nos últimos 5 (cinco) anos, mantido relação jurídica com, ao memos, uma das organizações sociais da sociedade civil participantes do chamamento público (art. 27, §\$ 2º e 3º, da Lei federán \*\* 13.019 de 2014).
- A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do
- 4.5. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser /imediatamente substituido por membro que possua qualificação equivalenteê do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 2° e 3°, da Lei federal n° 13.019, de 2014).
- Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de
- 4.7. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões, observados, em qualquer situação, os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.



PREFEITURA SANTANA

# 5. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1. O processamento dos recursos e contrarrazões observará os princípios do contraditório e da ampla defesa, conforme previsto na Lei nº 13.019/2014 e regulamentações correlatas, especialmente o Decreto nº 11.661/2023, que reforça a necessidade de previsibilidade e razoabilidade nos prazos e

5.2. O processo de seleção observará as seguintes Etapas no prazo legal da Lei 13.019/2014

19/05/ /05/2025	2025	
IOE IOOOE	2023	
(05/2025	22/05/2025	
/05/2025	23/06/2025	
/06/2025	27/06/2025	
27/06/2025		
/06/2025	02/07/2025	
/07/2025	05/07/2025	
	10/07/2025	
10/12025	17/07/2025	
	07/2025 07/2025	

5.2.1. O presente cronograma poderá ser alterado de acordo com a conveniência e oportunidade no despressivante dos trabalhos.

# 5.2.2. <u>Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público.</u>

5.2.2.1. Publicado o edital no Diário Oficial do Município de Santana

# 5.2.3. Etapa 2: Entrega das Propostas e Documentos

5.2.3.1. O recebimento dos envelopes n.º 01 e 02, respectivamente "Proposta de Parceria" e "Documentação", para cada lote que a OSC rá participar, deverão ser entregues mediante Protocolo na Fundação Municipal Cultura, no endereço Avenida Dom Pedro I n°1312 – Bairro Central, até às 13h do dia 23 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025.

5.2.3.2. Os interessados deverão apresentar 02 (dois) envelopes lacrados de forma a não permitir sua violação, até a data e hora estipuladas para a entrega dos envelopes, cada um deles correspondendo a uma fase do processo de Chamamento Público. Os envelopes da Organização da Sociedade Civil participante deverão ser preferencialmente em papel opaco e devidamento identificados, conforme segue:

EVELOPE N° 01 - PROPOSTA DE PARCERIA MUNICIPO CO ESANTANA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - MUNICIPIO DE SANTANA SANCULT SANCULT CHAMAMENTO PÚBLICO Nº MORGADOS - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CILITIDA - FUNDA - FU

RAZÃO SOCIAL: CNPJ: REPRESENTANTE: TELEFONE E EMAIL:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2025 RAZÃO SOCIAL: CNPJ: REPRESENTANTE: TELEFONE E EMAIL:

ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PARCERIA"

5.2.4.1. A proposta de parceria deverá apresentar os valores expressos em reais, contendo os preços unitários bem como os seus somatórios, que deverá incluir elementos que comprovem a compatibilidade









dos custos apresentados com os preços praticados no mercado para cada item necessário à execução do objeto, datilografadas ou digitadas em uma via, papel timbrado, sem entrelinhas, emendas, resuras ou borrões que afetem a sua idoncidado. A proposta deverá ser numerada e rubricada em todas as folhas e assinada na última, pelo representante legal, deverá conter ainda os seguinteselementos:

- Prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da entrega da proposta
- Frazzo de valinador, nalo meniro a ol yessentalo pias, cunterus a plan una entirega da proposa;
   Razões de interesse para a realização da Parocia (fusitificativa da Proposta);
   Uma única opção de preços, com preços unitários e o preço total final, considerando que nos mesmo estão infusiosos todos e qualsquer ôrus e encargos que inclaima sobre o objeto.
- d) Indicação do banco, agência e conta corrente específica para cada fonte de recurso, onde serão creditados os valores devidos caso venha a ser celebrada a parceria com a Fundação Municipal de Cultura
- Indicação de como as ações, as metas serão atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento
- uas iniciais.

  f) Previsão de coberturas legais para apresentação e utilização de quaisquer ações de cunho cultural e observância a legalidade perante a lei de proteção aos direitos autorais Lei Federal 9.610/98, já sendo prevista no envelope intitulado "Proposta de Parceria", o qual será de inteira responsabilidade da OSC.
- 5.2.4.2. Serão desclassificadas as propostas das OSC's que não cumprirem o disposto neste Edital e em
- a) Apresentarem valor acima do máximo estipulado no Edital;
   b) Não apresentarem o valor global na proposta, salvo se este depender de mera soma aritmética dos valores unitários apresentados;
   c) Apresentarem nota técnica abaixo do mínimo estipulado neste Edital;
- 5.2.4.3. Pequenas falhas e erros formais poderão ser sanados pela Comissão de Seleção, Monitoram
- 5.1.5. ENVELOPE Nº 02 "DOCUMENTAÇÃO", o qual deverá conter como condição básica para

### A) Habilitação Jurídica

- a.1. Cópia do estatuto/ato constitutivo registrado e eventuais alterações, devidamente registrado na serventia competente ou certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou, tratandos ed es sociedade ecopérativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;
  a.2. Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual devidamente registrada;
  a.3. Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, telefone, e- mail, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no CPF da Secretaria da Receita Federal
- órgão expedidor da carteira de ide do Brasil RFB de cada um deles;
- a.4. Decreto de autorização, em se tratando de organização da sociedade civil estrangeira em funcionamento no Pais, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- a.5. Cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação vigente; de consumo ou contrato de locação viger
  B) Regularidade Fiscal e Trabalhista



ESTADO DO AMAPÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA CNPJ: 33.894.009/0001-42



informações e prestações de contas referentes a parceria, que deverá ser inform verificado pela Comissão de Seleção no momento da abertura dos envelopes.

- Declaração sobre a abertura de contracorrente especifica para cada fonte de recurso para a parceria
- d.7. Comprovação de experiência prévia e expertise da OSC na execução de projetos culturais ou semelhantes ao objeto desta Chamada Pública, por intermédio de um ou mais dos seguintes documentos:
- d.7.a. instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública.organismos cionais empresas ou outras OSC
- d.7.b. currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;
- d.7.c. declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, OSC, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de
- d.7.d. apresentação do registro de funcionários nos sistemas E-Social, para atestar a regularidade e a estrutura da organização, evidenciando a manutenção de vínculos empregaticios formais e o cumprimento das obrigações trabalhistas, essenciais para a execução adequada das propostas atividades.

### 5.1.4. Etapa 3: Da etapa de avaliação pela Comissão de Seleção

5.1.4.1. O parece<mark>r técni</mark>co para fins de classific<mark>ação da Organização da Sociedade Civil co</mark>m habilidades na etapa competitiva de que trata o item 5.1.4 deste edital, será realizado por meio de avaliação dos seguintes

	CRITÉRIOS DE AVALIAÇ		
Grau	de cla <mark>reza, d</mark> etalhamento, suficiência de informações e o seguinte item:	coerência do conteúdo	apresentado
ltem	Elementos para avaliação	Metodologia da Pontuação	Pontos
	JANA 17 D	Ausente	0
	Motivo de interesse na realização da parceria.;	Pouco	1
1	clareza; objetividade; alinhamento as políticas da	Suficientes	2
	SANCULT	Bom	3
	ONIAO	Ótimo	4
	Compatibilidade dos custos apresentados com os	Ausente	0
	preços praticados no mercado para cada item	Pouco	1
2	necessário à execução do objeto, bem como	Suficientes	2
	exequibilidade dos custos previstos no orçamento na	Bom	3
	Proposta em relação as atividades propostas.	Ótimo	4
		Ausente	0
	Grau de eficiência e eficácia das estratégias de ação	Pouco	1
3	para maximização dos resultados esperados junto	Suficientes	2
	ao público-alvo	Bom	3
		Ótimo	4
	Comprovação de Capacidade Técnica e	Ausente	0
4	Operacional para a execução do objeto deste	Pouco	1

10

PREFEITURA SANTANA

ESTADO DO AMAPÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA CNPJ: 33.894.009/0001- 42

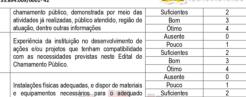


- b.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização da sociedade civil existe há, no mínimo 3 (três) anos com cadastro ativo;
- b.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão b.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidas expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Farsail (RFB) e ple Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- b.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- b.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Titulo VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- b.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da OSC, relativa idade em cuio exercício contrata ou co
- b.6. Certidão de Adimplência da Controladoria da União CGU
- b.7. Certidão de Adimplência da Controladoria Geral do Estado CGE/AP;
- b.8. Certidão de Adimplência da Controladoria Municipal de Santana CGM/STN:
- C) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7. dá CF.:
- c.1. Declaração de que a organização não emprega menores de 18 anos em trabalho notumo, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, emitido pela Delegacia Regional do Trabalho ou pela própria empresa licitante, conforme ANEXO II deste edital.
- D) Documentação referente à qualificação técnica e operacional
- d.1. Declaração de que a instituição dispõe de pessoal habilitado para execução do objeto.

  d.2. Declaração do dirigente da entidade, conforme modelo anexo, com identificação de seu nome compelo, número da carteira de identidade e de inscrição no OPF/NF, de que.

  a) a OSC não deve prestação do contas a quaisquer órgão so un entidades;

  b) a OSC assume responsabilidade pessoal pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos exercisos que receptor de pessoal pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos exercisos que receptor de pessoal pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos exercisos que receptor de pessoal pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos exercisos que receptor de pessoal pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos exercisos que receptor de pessoal pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos exercisos que receptor de pessoal pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos exercisos que receptor de pessoal pelo recebimento, aplicação e prestação de contas que exercisos que receptor que receptor que receptor de pessoal pelo receptor que receptor
- os que receber à conta da parceria:
- recursos que recober a conta da parcena; d.3. Declaração do representante legal da OSC com informação de que ela e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas neste Edital, conforme modelo anexo;
- d.4. Declaração do representante legal da OSC sobre dispor de instalações adequadas a serem comprovadas através de contrato de aluguel, ou comprovante de residência, bem como junção de material fotográfico das instalações, e outras condições materiais para o deservolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, assim como apresentar, declaração conforme anexo, assim como a equipe da Fundação Municipal de Cultura poderá realizar visita técnica perante as instalações da OSC, afim de comprovar se as instalações condizem com o que fora apresentado
- d.5. Declaração que a OSC possui site próprio com portal da transparência para divulgação de todas as





5.1.4.2 falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento (Tabela 2 - Critérios de avaliação), deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

5.1.4.3. proponente deverá descrever as experiências relativas ao critério de julgamento, conforme a (Tabela 2 – Critérios de avaliação).

5.1.4.4. Serão eliminadas aquelas propostas

5.1.4.4. Serao eliminadas aquelas proposas:
a) cuja pontuação total for inferior a 12,0 (doze) pontos;
b) que recebam nota "zero" em qualquer critério de julgamento ou ainda que não contenham, no minimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aforirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor nto das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumpri cumprimento das metas; os prazos para a execução das aços global proposto; c) que estejam em desacordo com o Edital; ou d) cujo valor global estiver acima do teto previsto neste Edital

- 5.1.4.5. As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento
- 5.1.4.6. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (4). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito







com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (2). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição.

5.1.4.7. Caberá recurso do resultado preliminar da etapa competitiva do processo de seleção, no prazo

 5.2.5.1. Etapa 4: Divulgação do Resultado Preliminar.
 5.2.5.1. A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no Diário Oficial do Município de Santana.

5.2.6. Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado.
5.2.6.1. Após a verificação dos requisitos para celebração da parceria, seguida da abertura de prazo para interposição de recursos. Nesta Etapa será divulgado, no sitio eletrônico do Municipio de Santana, o resultado do Chamamento Público, apontando-se a OSC selecionada para celebrar o Termo de Fomento.

52.6.2. Divulgado o resultado do Chamamento Público, as OSCs participantes do certe interpor recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicação do resultado prelimina

5.2.6.3. A partir da publicidade, os autos do processo administrativo estarão com vista franqueada aos interessados na SANCULT, com endereço na Rua Dom Pedro I nº 1312 – Centro

5.2.6.4. Os recursos serão encaminhados à Comissão do comité de Habilitação, Seleção, Monitoramen Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização, que, no prazo de 03 (três) dias uteis e poderá reconsiderar ratificar a decisão lomada.

5.2.6.5. A petição de recurso observará os sequintes requisitos:

- I Será dirigida à Comissão de Seleção e protocolada no setor de Protocolo e Expedição SANCULT, Rua Dom Pedro I nº 1312 Centro ou por e-mail comissaostncircuitocultural@gmail.com.
- II Trará o nome, qualificação e endereço da recorrente;
- Conterá exposição clara e completa das razões do inconformismo.
- 5.2.6.6. As recorrentes poderão obter cópia dos elementos de instrução que se mostrarem pertinentes à defesa de seus interesses arcando com os respectivos custos.
- 5.2.6.7. Interposto recurso, será dada ciência da sua interposição às demais OSCs participantes do Chamamento Público, por meio do sitto eletrônico do Municipio de Santana, concedendo-se o prazo de 1 (um) dia útil para o oferecimento de contrarrazões, a contar do encerramento do prazo recursal contrarrazões essas a serem protocoladas no endereço indicado no item 8.6, deste Edital.
- 5.2.6.8. Na contagem dos prazos exclui-se o día do inicio e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em día útil no âmbito do órgão responsável pela condução do processo de seleção.
- 5.2.6.9. A Comissão de Seleção tem decisão soberana, não caberá novo re-
- 5.2.6.10. O Parecer do órgão técnico, homologação do resultado do Chamamento Público e assinatura do instrumento de parceria serão comunicados no diário oficial do estado.
- 5.2.6.11. A OSC selecionada será, então, notificada por meio eletrônico, a comparecerem, por intermédio de seu representante legal, no prazo estipulado pela Secretaria Municipal de Cultura SANCULT

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA CNPJ: 33.894.009/0001- 42



- ado o PT que estiver de acordo com as informações já apresentadas na propo
- 6.4. O titular da Fundação Municipal Cultura poderá solicitar a realização de ajustes no PT, observados os termos e as condições da proposta e do edital
- 6.5. O prazo para realização de ajustes no PT será de 5 (cinco) dias, contados da data de recebimento da solicitação apresentada à **OSC**.
- 6.6. Junto ao PT, dos documentos constantes no item 5.3.3., a OSC também deverá apresentar declaração
- I Não há, em seu quadro de dirigentes:
- a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração
- a) membro de Poder ou do ministerio runico de antigente de proposición amunicipal.

  b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, cotateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na allinea "a" deste inciso;

  II Não contratarà, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal, ou seu cônjuge, companheiro ou perente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau; e

  III Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:

  a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal.
- b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha
- e reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau; el c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleforais para os queis a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.
- A elabo<mark>ração</mark> do plano de trabalho, será realiza<mark>da em dialogo técnico com a admin</mark>istração pública, e reuniões e comunicações oficiais.
- 6.8. Após a entrega, será realizada a verificação do Cumprimento de Requisitos de Celebração e Outras Exigências Legais. Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pola Administração Pública municipal, do atendimento, pelas OSC's más bem dessificadas, dos requisitos para a celebração da parceria, além da não ocorrência de impedimento para a sua formalização.
- 6.9. No periodo de tempo entre a apresentação da documentação prevista no item. 8.2.1. deste Edital e a assinatura do instrumento de parceira, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração do termo de fomento, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para a sua formalização.
- 6.10. A organização da sociedade civil deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver

### 7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA PARCERIA

- 7.1. O prazo de vigência desta parceria será 5 (cinco) meses, a partir da data de sua assinatura do Termo de Colaboração.
- 7.1.1. Havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, a parceria poderá ter seu prazo de execução



ESTADO DO AMAPÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA CNPJ: 33.894.009/0001- 42



5.2.6.12. Celebrado o Termo de Colaboração, o Presidente da SANCULT convocará a Comissão de Monitoramento e Avaliação e designará o respectivo gestor (art. 2º, incisos VI e XI da Lei federal nº 13.019,

# 5.1.7. Divulgação do resultado final

- 5.1.7. 1. Com a OSC vencedora será celebrado Termo de Colaboração, nos moldes da minuta anexa deste Edital, que será regido pelas normas da Lei nº 13.019/2014, podendo ser prorrogado ou alterado na forma
- 5.1.7. 2. Após a aprovação a adjudicação e homologação do processo, a organização vencedora será convocada no prazo de até 03 (três) dias para apresentação do Plano de Trabalho. Após a aprovação a organização vencedora terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para assinar o termo de colaboração. No caso de não atendimento à convocação no prazo estipulado neste edital, a Administração convocará as organizações remanescentes, na ordem de classificação.
- 5.1.7. 3. As alterações nos termos de colaboração somente poderão ocorrer com as devidas justificativas, nos casos admitidos pela Lei nº 13.019/2014
- 5.1.7. 4. A OSC se obriga a manter as condições de habilitação apresentadas no Chamamento Público durante toda a execução da parceria.

# 6. DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

6.1. A definição de metas, indicadores e cronograma de desembolso deverá seguir as orientações dos Decretos Federais nº 8.726/2016 e nº 11.661/2023, observando os principios de razoabilidade, eficácia e transparência na alocação dos recursos públicos.

A OSC declarada vencedora será convocada para, no prazo máximo de até 02 (dois) dias a contar da sua convocação, apresentar, juntamente com os documentos de habilitação atualizados, plano de trabalho consolidado, a ser implementado.

a) O Plano de Trabalho de que trata o sub item 6.1, deverá conter

- Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serematingidas;
   Del estre o geral objetivos específicos; justificativa; metodologia; apresentar capacidade técnica e gerencial, qualificação da equipe;
   III Descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
- executados, IV Previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos indiretos necessários à execução do objeto; V Os valores a serem repassados mediante conograma de desembolso;
- VI A definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do
- VII As ações que demandarão pagamento em espécie, se for o caso.
- 6.2. A previsão de receitas e despesas deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da 0.2. A privisad de todeciais e desprésas deverá iniciar los deniencios indicavos da finensiciação de compatibilidade dos custos apresentados com os precos proticados no mercado ou com outras parcenias de mesma natureza, tais como cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquero utras fontes de informação disponíveis ao público.



10



prorrogado para cumprir o plano de trabalho, mediante termo aditivo e prévia autorização da SANCULT, respeitada a legislação vigente, após projeto previamente justificada pela OSC e autorização do titular da Secretaria, baseada em parecer técnico favorável do ôrgão competente.

7.1.2. Assinado o Termo de Colaboração, será providenciada a publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município de Santana, observando-se, de outra parte, o disposto no artigo 10 e no parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

# 8. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTARIA E VALOR DE REFERÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

8.1. O valor total dos recursos a serem despendido a título de apoio para este termo de colaboração é da ordem de R\$ 1.178.391.07 (um milhão cento e setenta e oito mil trezentos e noventa e um reais e sete centavos), podendo ser oriundos de transferências especiais, convênio estadual, tesouro municipal conforme descrição abaixo.

U.O: 02.16.01 – Fundação de Cultura do Município - SANCULT

PROGRAMA: 13.392.0010.2139.0000

ELEMENTOS: 3.3.90.39.00 FONTE: 001.001 FICHA: 403

PROGRAMA: 13.392.0010.2139.0000 ELEMENTOS: 3.3.90.39.00 FONTE: 100.024 FICHA: 687

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

\*OBSERVAÇÃO: SERÁ CREDITADO A ORGANIZAÇÃO VENCEDORA CONFORME A DISPONIBILIZAÇÃO FINANCEIRO SEGUINDO A LOA 2025

# DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9. UIS-VOSIÇOES FINAIS

  9.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data-limite para envió dos envelopes 1 e 2, exclusivamente de forma eletrônica, pelo endereço eletrônico comissaostnoificuito-ultural@gmail.com\_indicando no assunto-"Edital Chamamento Público nº. 003/2025".
- 9.2. Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. Os esclareciserão prestados pela Comissão de Seleção no mesmo endereço eletrônico indicado no item 9.1, bem como entranhados nos autos do processo de Chamamento Público, onde estarão disponíve consulta por qualquer interessado.
- 9.3. A OSC é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer etapa do processo de seleção. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da mesma, a aplicação das anções administrativas cabiveis e a comunicação do fato ás autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. A par disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade corra após a celebração da parecira, o fato poderá dar ensejo á rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicaçãodas sanções de que trata o art. 73 da Lei n° 13.019, de 2014
- 9.4. A Administração Pública estadual não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste







ESTADO DO AMAPÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA CNPJ: 33.894.009/0001- 42



Chamamento Público.

9.5. Este Edital de Chamamento Público foi elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014, com as alterações da Lei nº 13.204/2015, o com os Decrebs Federais nº 8.726/2016, nº 11.661/2023 e nº 11.948/2024, assegurando legalidade, eficiência, transparência e segurança jurídica à celebração das parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

9.6. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante

Anexo I - Modelo de Proposta

Anexo II - Modelo de Proposta

Anexo III - Modelo de Declaração do Menor

Anexo III - Modelo de Declaração do dirigente da entidade de que a OSC não deve prestação de contas a quaisquer órgãos ou entidades e que a OSC assume responsabilidade pessoal pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos que receber à conta da parcona.

Anexo IV - Modelo de Declaração do representante legal da OSC com informação de que ela e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas neste edital

Anexo IV - Modelo de Declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da OSC ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria.

Anexo IVI - Minuta do Termo de Colaboração

Anexo IVI - Minuta do Plano de Trabalho

Anexo VIII - Declaração sobre a abertura de conta corrente específica

MANOEL DJARDE QUEIROZ DO NASCIMENTO r Presidente da Fundação Municipal de Cultura/SAI Decreto 1862/2023 - GAB-PREF/PMS/SANCULT

10

ESTADO DO AMAPÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA CNPJ: 33.894.009/0001- 42



	тот	AL			
04	Ornamentação	Und	01	01	
03	ILUMINAÇÃO LUZ CENICA PORTE III: com LEDCOB 200, que são 8 unidades 24 PARLED RGBW 3W, 24 moving box truss, um console MA, máquina de fumaça, grid de 8x6 P30 e 02 MINIBRUT.	Und	01	01	
02	mínimo 2x1x0, 50m.), com cobertura em Box Truss de duro a duminio forma de duas águas, piso do palco em estrutura metálica com compensado de 20mm na cor preta, altura do solo de no mínimo 1,20m e no máximo até 2,00m. House mix para mesas de PA e monitor, medindo 4x4 tipo tenda cada, escada de acesso.  SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL DO PALCO PRINCIPAL PORTE III + RIOBER TECNICO. com sistema linearray (importado), com mesa DIGITAL de 32 canais, envolve caixas acústicas adequadas para local aberto, mesa digital, microfones específicos, material de palco (bateria, estante de teclado, cubo de baixo, cubo de guitarra, cubo de teclado, além da estrutura para falas, execução de música medanica e show musical.	Und	01	01	
	palco medindo 12 metros de frente x 08 metros de profundidade, estrutura em P.A. Fly e plataforma para bateria (praticável medindo no mínimo 2/4/x/0.50m.) com celeptrum em Poy				

ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS					DA	TA:
Item	Especificação	Unidade	Diária	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	TENDA 10M X 10M	Und	01	03	(7)	
02	SONORIZAÇÃO PORTE UM (01) - 02 mesas digitals com 48 canais de entrada e, equitação paramétrica, compressor, gate por canai, 24 canais de saída com equitazão gráfico de 31 bandas por canal, 2 fontes de alimentação, sistema de sonorização line array, composito por 6 caixas tree-way por lado, cobertura vertical de 10 graus, horizontal de 120 graus, sistema de bumper para elevação do sistema ou acessórios para trabahar em ground stacked, 6 caixas de subgrare com 2 falantes de 18° cada, por lado, 10° sistemas de amplificação com 02 racks de polência com 4 amplificadores calses d, com on mínimo 2400 wats ms por canal em 2 omis; 01 processador initios de citadores de saídas com com initimo 2400 initios de más de canada de canada de comisio 10° processador com com comisco de comisco 10° processador com com	BALH	01	01	RÇA	

10



# ANEXO I

# PROPOSTA

À Comissão do Edital de Chamamento Público 003/2025 – Proc. Admin. – 013/2025
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA – SANCULT, CNPJ: 33.894.009:0001-42, localizada no Endereço: Avenida
Dom Pedro I nº 1312- Cep: 68.925-204 Santana – Amapá encaminho da:

A (OSC), pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº (dados), inscrição Estadual nº (dados), localizada na (endereço), n(dados), BAIRRO: (dados), oferta a seguinte proposta para execução do projeto Circuito Cultural 2025,

PLA	ANE	JAN	IEN	TO	POR	MET	AS
			MET	FA .	0.4		

-	FÉ	E TRADIÇÕES	

1.1 - FESTIVIDADE DE SANTO ANTONIO

SERVIÇOS E LOGISTICA, ATRAÇÕES CULTURAIS					DATA:		
tem	Especificação	Unidade	Diária	Quant	Valor Unitário	Valor Total	
01 Cache Artistica	o Cultural	Und	01	01	WV		

1.2 - FESTIVIDA<mark>de m</mark>ãe de deus da Piedade

	ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS				D	ATA:
Item	Especificação	Unidade	Diária	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	Aparelhagem de Som – Grande Porte	Und	01	01	11/10	7
	TO	TAL				

	SERVIÇOS E LOGISTICA, ATRAÇÕES CULTURAIS					ITA:
Item	Especificação	Unidade	Diária	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	Cache Artístico Cultural	Und	01	03		
		TOTAL				

1.3 - DIA MUNDIAL DA CAPOEIRA SERVIÇOS E LOGISTICA, ATRAÇÕES CULTURAIS Especificação Unidade Diária Quant Valor Unitário Valor Total ico Cultural Und 01 01 01 Cache Artístico Cultural

TOTAL

1.4 - F	ESTIVIDADE DE SANTA ANA					
	ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS				D	ATA:
Item	Especificação	Unidade	Diária	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	PALCO 10X12 - Prestação de serviço em locação com montagem e desmontagem de	Und	01	01		

10

ESTADO DO AMAPÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA CNPJ: 33.894.009/0001- 42



	ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS				DA	TA:
Item	Especificação	Unidade	Diária	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	SONORIZAÇÃO SEM EQUIPAMENTOS DE PALCO  - O1 mesa com 24 canais contendo o mínimo de 08 subgrupos, 08 vias auxiliares, 04 bandas de equalização, sendo todas paramétricas, filtros de graves, todas as saídas deverdo ser balanceadas com no mínimo 04 vias de monitor; 04 Caixas y más medio graves no desense (8 falantes, 13 polegadas com 800W RNS cada); 04 Caixas vias medio grave e médio aguido (1 000W RNS) cada); amplificadores compatível com o sistema; 01 Equalizador estéreo com 32 bandas e filtros de 12 de por oitava; 01 Processador de efeitos com reverb e delay com entradas e saídas balanceadas conversores AIDIDA de no mínimo 20 bits; 04 Canais compressores/limitadores com entradas e saídas balanceadas; 01 Microfone sem fio para voz, com frequência de trabalho selecionável e faixa de operação UHF; 04 Microfones para uso diversos com pedestais; 04 Canais de GATES com entradas e saádas balanceadas; 01 Com entradas e	B Ond H	MBI O 01	FO1 101	800	



ESTADO DO AMAPÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA CNPJ: 33.894.009/0001-42



Aparelho de CD Player; 02 Monitores tipo Spot passivo/ativo com 300W RMS cada, cabos e conexões para ligar todo o sistema, 01 Operador técnico ou similar.

1.7 - FESTIVIDADE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

	ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS				D/	ATA:
Item	Especificação	Unidade	Diária	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	SONORIZAÇÃO SEM EQUIPAMENTOS DE PALCO - 01 mesa com 24 canais contendo o mínimo de 08 subgrupos, 08 visa suxiliares, 04 bandas de equalização, sendo todas paramétricas, fitrido de graves, todas as saídas deverão ser belanceadas com no mínimo 04 vias de monitor. 04 Caixas para subgraves (8 falantes, 18 polegadas com 800W RIMS cada), 04 Caixas vias médio grave e médio agudo (1,000W RIMS cada), capilificadores compativel com o sistema; 01 Equalizador estéreo com 32 bandas e filtros de 12 db por oitava; 01 Processador de efeitos com reverh e delay com entradas e saídas balanceadas e conversores ADIDA de no mínimo 20 bits; 04 Canais compressores/minitadores com entradas e saídas balanceadas: 01 Microfones para uso diversos com pedestais; 04 canais de GATES com entradas e saídas balanceadas; 01 Microfones para uso diversos com pedestais; 04 canais de GATES com entradas e saídas balanceadas; 01 Aparelho de CP Player; 02 Monitores tipo Spot Aparelho de Comitado o sistema, 01 Operador tecnico ou similar.	Und	O1 O1	01		
	TOT	AL	/		RGI	
.8 - F	FESTIVIDADE DE SÃO RAIMUNDO	BALL		1		
	ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS				D/	ATA:
Item	Especificação	Unidade	Diária	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	APARELHAGEM DE SOM DE GRANDE	Und	01	01		

10

ESTADO DO AMAPÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA CNPJ: 33.894.009/0001- 42

1.9 - SAUDE NOS TERREIRÕES

ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS

Especificação



Unidade Diária Quant Valor Unitário Valor Total

DATA:

01	TENDAS ABERTA 10x10 - Locação com montagem e desmontagem de tenda aberta, as dimensões mínimas de 10 metros de frente 10 metros de profundidade, com 02 metros altura em seus pês de sustentação, cobertura do tipo cópula o	Und	01	01	
	тот	AL			

SER	VIÇOS E LOGISTICA, ATRAÇÕES CULTURAIS				DA	TA:
Item	Especificação	Unidade	Diária	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	CADEIRA DE PLÁSTICO - Sem braço fixa, com encosto.	Und	01	16		
02	MESA DE PLÁSTICO - Fixa Quadrada.	Und	01	04	h .	
03	ÁGUA MINERAL NATURAL SEM GÁS em garrafa de 300ml, acondicionada em cuba com gelo para consumo imediato	Und	01	300		
04	ALIMENTAÇÃO PARA PARTICIPANTES	Und	01	100	TWAT I	
	TOT	A1	W 67/		I CU V	

1 10 - CIRIO DE NAZARÉ

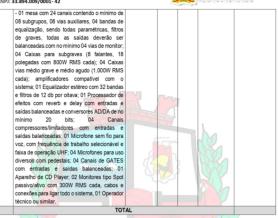
	ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS				D	ATA:
Item	Especificação	Unidade	Diária	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	CARRETINHA DE SOM	Und	01	03	11/1/	7
02 🤇	TRIO ELETRICO PEQUENO PORTE	Und	01	01	1 W	9
	то	TAL				

SER	/IÇOS E LOGISTICA, ATRAÇOES CULTURAIS				D/	ATA:
Item	Especificação	Unidade	Diária	Quant	Valor Unitário	Valor Total
03	LINK DE RADIO	Und	01	03		
	TOT	AL				
	ONIAO			10	RCP	
	CÍRI	O DE NAZAR	É			
	ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS		9	/		
	LOGÍSTICA, SERVIÇOS E ATRAÇÕES ART	ÍSTICAS				

	LOGISTICA, SERVIÇOS E ATRAÇOES ART	STICAS				
	TOTAL GERAL					
1.11 -	CIRIO FLUVIAL					
	ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS				D	ATA:
Item	Especificação	Unidade	Diária	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	SONORIZAÇÃO SEM EQUIPAMENTOS DE PALCO	Und	01	01		

10





## 2 - SANTANA VERÃO 2024

	LOGÍSTICA, SERVIÇOS E ATRAÇ	ÕES ARTÍS	TICAS			
Item	Especificações	Unidade	Diária	Quant	Valor Unitário	Valor Tota
01	Atração artística (DJ ou Cantor solo)	Und	EMB	56		
02	Banda pequeno porte	Und	1	16		
03	Água, 350ml, para equipe de trabalho, acondicionada em cuba com gelo.	Und	4	650	ar A	
04	Almoço para equipe de trabalho	Und	4	80	13.	
05	Lanche para equipe de trabalho	Und	04	80		
06	Banners 2m x 1,5m	Und	1	18		
07	Camisas para coordenação e balneários	Und	1	100		
08	Combustível para transporte das equipes	Litros	4	300		
09	Carro de som para divulgação do evento	hora	10	16		
	TOTAL					

### 21 - REMADA DO FORTE

2.1 -1	NEWIADA DO FORTE						
ITEM	ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS				DATA:		
	Especificações	Unidade	Diária	Quant	Valor unit.	Valor total	2
01	Carro som para divulgação do evento	Und	-1	16			

10



02	Sonorização profissional de médio porte para a competição de esportes aquáticos e execução de música mecânica e DJs.	Und	1	1		
03	Mesa para organização das comissões do evento	Und	1	10		
04	Cadeira plástica sem braço	Und	1	200		
05	Tenda 10x10	Und	1	1		
06	Tenda 6x6	Und	1	1		
07	TABLADO 10Mx10M - Piso em estrutura de madeira utilizando estelo e frechisi dispostos ortoponalmente na ordem solo estelo i ferchisi dispostos ortoponalmente na ordem solo estelo e fechal, sempre com o cuidado de permitir o nivielamento di a estrutura devada, a comiparihando o piso existente. Ligações entre as peças serão atraves de pregos elou conectires metallicos, sempre procurando executar uma estrutura rigida e solida O assoalho deverá ser executado em compensado naval espessura de 20mm pregados nos frechais com carpete aplicado direfamente sobre o compensado, na cor orazá grafile.	Und		1		
08	TABLADO 06M X 06M - Piso em estrutura de maderia utilizando estelo e frechais dispostos ortogonalmente na ordem solo, estelo ie frechais, sempre com o ciudado de permitir on ivelamento da estrutura elevada, acompanhada do o piso existenta. Ligações entre as peças serto atraves de pregos elou conectores metalicos, sempre procurando executar uma estrutura rigida de solida. O assoalho deverá ser executado em compensado navel espessura de 20mm pregados nos frechais com carpete aplicado diretamente sobre o compensado, na cor rinza grafier.	Und		1		
09	Banheiro Químico	Und	1	4	0/0	7
10	Banheiro Químico PNE	Und	1	2001	1	
11	Podium 3 lugares	Und	EN	3154	VIII	
	TOTAL					
	LOGISTICA SER	VICOS E AT	PAÇÕE	e APTÍSTIC	AC	

	LOGÍSTICA, SERVIÇOS E ATRAÇÕES ARTÍSTICAS  Especificações Unidade Diária Quant Valor unit. Valor total  Empresa especializada na realização de									
ITEM	Especificações	Unidade	Diária	Quant	Valor unit.	Valor total				
01	Empresa especializada na realização, de eventos esportivos, locação de mádrias e demarcação de provas que inclua (Antiros, conometrista, operador de sist. Informação, diretores de provas, locutor, Dj. pessoal de apoio, bombiero civil, boias defenieração de raias grandes e pequenas, flutuador espaguete, encordoamento, peso de fundamento de boais, bandérias, buzina ou pistola sinalizador de partida e comometro digital, impressão de cheque de premiação listrativo, Kit para prática de Standu Paddle (10) ranchas 10	Und	1	1						



ESTADO DO AMAPÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA CNPJ: 33.894.009/0001- 42



	coletes e 10 remos), Kit para prática de remada em caiaque (10 Caiaques simples, 15					
	remos e 10 coletes).					
02	Barcos de Segurança	Und	1	3		
03	KITS para os participantes (Camisa e adesivo			230		
04	ou Iona com numeração)	Und	1 1	230		
05	Troféus (1°, 2° e 3ª lugar)	Und	1	44		
06	Medalhas (participação, 1°, 2° e 3° lugar)	Und	1	250		
07	Premiação Stand Up Paddle - SUP	Und	1	12		
08	Premiação Canoagem	Und	1	12		
09	Premiação Natação em Águas Abertas	Und	1	12		
10	Premiação Rabeta	Und	/1	3		
11	Almoço para equipe de apoio e organização do evento	Und	1	20	0	
12	Água mineral para atletas e equipe de apoio	Und	1	1.000		
13	Lona Blackdrop Personalizado 10x2,80	Und	4	1	N 190	
14	Faixa banners de Divulgação 3x0,70	Und	1	4		
15	Confecção de camisas padronizadas para equipe de apoio e organização	Und	1	25	RES	
16	Atração Musical Grande Porte	Und	MIZ	7 1	IWV	
17	Premiação	Und	4	1		
18	Cachê Stand-up paddle	Und	1	1	19 19	
	TOTAL					

2.2 - FESTIVAL DE PIPAS - AQUAVILLE

	LOGÍSTICA, SERVIÇOS E ATRAÇÕES	ARTÍSTIC	AS		D/	ATA:
Item	Especificação	Unidade	Diária	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01 <	Pipas em diversa cores.	Und	1777	500	111	
02	Linha.	Und	1	500	/A /	_
03	Tablado	Und	1	1	8	
04	Tenda 10x10	Und	1	2		
05	CADEIRA DE PLÁSTICO - Sem braço fixa, com encosto.	Und	ZEIVI	24	07	
06	MESA DE PLÁSTICO - Fixa Quadrada.	Und	7 1/	6		
07	Antena corta fio para motocicletas	Und	1/	300	DOD	
08	Lona personalizada para Brackdrop 3 x 2	Und	1	1	13.	
09	Faixa 1x6 personalizada	Und	44	/1		
10	Panfletos educativos	Und	14	2.000		
11	Carro som	Und	1	1		
12	Mini trio/Dj	Und	1	1		
13	Medalhas personalizadas	Und	1	21		
14	Troféus personalizados	Und	1	4		
15	Refeição lanche	Und	1	25		
16	Água mineral 300ml	Und	1	200		
17	Brinquedos infláveis/espuma de sabão.	Und	1	1		
18	Chuveiros / caixa D'água.	Und	1	1		
19	Jurados	Und	1	3		
20	Premiação	Und	1	6		
21	Banheiro químico	Und	1	2		

10

TOTAL



	LOGÍSTICA, SERVIÇOS E ATRAÇÕE	S ARTÍSTICA	\S		DATA:	
ltem	Especificação	Unidade	Diária	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	Bola de Futebol Campo.	Und	1	3		
02	Rede para Trave de Gol Futebol de Campo.	Und	1	1		
03	Trave tubular 1 ¼ aço inox / 3mts x 180cm. (locação).	Und	1	2		
04	Jogos com 10 unidades de colete personalizado com sublimação.	Und	1	4		
05	Bombeiro civil.	Und	1	7 8		
06	Troféu campeão 75cm	Und	/1/	2		
07	Troféu vice-campeão 50cm	Und	1	2		
08	Arbitragem / auxiliar	Und	1	20		
09	Narração dos jogos / comentarista	Und	1	20	<b>A</b> .	
10	Transporte Catraio	Und	1	2		
11	Atração artística	Und	1	2	W.a	
12	Alimentação	Und (	1	30	MAN	
13	Água mineral 300ml	Und	1	400		
14	Sonorização/Ds	Und	1	5 2	13/1	
15	CADEIRA DE PLÁSTICO - Sem braço fixa, com encosto	Und	1	40	XY	
16	MESA DE PLÁSTICO - Fixa Quadrada.	Und	_1	10	0 16	
17	Premiação	Und	1	2		
	T	OTAL				

2.4 - TO	RNEIO DE VÔLEI - MASCULINO E FEMININO - RECANTO DA ALDEIA
	LOGICTION OFFICE ATTACONS APPLICATIONS

Item	LOGÍSTICA, SERVIÇOS E ATRAÇÕES ARTÍSTICAS			DATA:		
	Especificação	Unidade	Diária	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01 <	Bola d <mark>e vôlei.</mark>	Und	1//	3	MIL	
02	Rede de vôlei.	Und	1	1		10
03	Jogos com 10 unidades de colete personalizado com sublimação.	Und	7EM	R3)	900	
04	Troféu campeão 75cm	Und	1	2		
05	Troféu vice-campeão 50cm	Und	1/	2		
06	Premiação VIAO	Und	, f	2	DRCP	
		TOTAL				

	LOGÍSTICA, SERVIÇOS E ATRAÇÕ	LOGÍSTICA, SERVIÇOS E ATRAÇÕES ARTÍSTICAS				DATA:		
Item	Especificação	Unidade	Diária	Quant	Valor Unitário	Valor Total		
01	Bola de Futebol Campo.	Und	1	4				
02	Rede para Trave de Gol	Und	4	2				
03	Futebol de Campo.	Una	'	2				
04	Trave tubular 1 1/4 aço inox / 3mts x	Und	4	8				
05	180cm. Branco (locação)	Und	'	0				

10

ESTADO DO AMAPÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA CNPJ: 33.894.009/0001- 42



	T	OTAL				
18	Premiação	Und	1	2		
17	MESA DE PLÁSTICO - Fixa Quadrada.	Und	1	4	1	
16	CADEIRA DE PLÁSTICO - Sem braço fixa, com encosto	Und	1	12		
15	Sonorização	Und	1	71		
14	Água mineral 300ml	Und	1	200		
13	Alimentação	Und	1	20		
12	Combustivel	Und	1	100		
11	Transporte Catraio	Und	1	1		
10	Narração dos jogos/comentarista	Und	1	20		
09	Arbitragem / auxiliar por jogos	Und	1	20		
08	Troféu vice-campeão 50cm	Und	1	2		
07	Troféu campeão 75cm	Und	1	2		
06	Bombeiro civil.	Und	1	4		

META 03

3 - SANTANA SABORES

	ESTRUTURA E EQUIPAMENTO	S			DA <sup>*</sup>	ΓA:
Item	Especificação	Unidade	Diária	Quant	Valor Unitário	Valor Total
Mark	PALCO 08X10 – Prestação de serviço em locação com montagem e desmontagem de palco medindo 10 metros de frente x 08 metros de profundidade, estrutura em P.A. Fly e plataforma para bateria (praticável medindo no mínimo 2x1x0, 50m.), com				)	3
1	cobertura em Box Truss de duro alumínio forma de duas águas, piso do pato em estrutura metidica com compensado de 20mm na cor preta, altura do solo de no mínimo 1,20m e no máximo até 2,00m. Housemix para mesas de PA e monitor, medindo 4x4 tipo tenda cada, escada de acesso.	Und	3 EME	RO'S	O PCA	
2	ESPAÇO COZINHA SHOW – Area climatizada 10x10, coberta, com piso, iluminação, tomadas 110v/220v e equipamentos de cozinha profissional.	BALI	03	1	N.Q.	
3	CAMARIM CLIMATIZADO 66M X 66M - Locação com montagem, manutenção e desmontagem com piso de madeira revestido com carpete na cor graffle, paredes com chapas de TS sustenadas com perfis de alumínio coberto com tenda, uma porta 10 spots de 100 watts, 03 tomadas (01 und) climatizado 30 tomada	Und	3	1		
4	ESTANDE 3M X 3M - Locação de estandes com piso elevado em madeira,	Und	3	16		



PJ: <b>33.8</b> 9	4.009/0001- 42		- 2	-	1000000	470474	
	com carpete do tipo fademac, paredes						_
	com painéis TS dupla face branco com						
	4mm de espessura, emoldurados por						
	perfis octogonais, travessas em cor						
	natural leitosa de alumínio anodizados,						
	iluminação com no mínimo uma lâmpada						
	de 100 Watts ou equivalente e uma						
	tomada monofásica, testeira na parte						
	frontal do estande, com aplicação de vinil						
	adesivo.						
	BALCÃO - MEDINDO 1,50M X 0,60M -						_
5		Und	3	16			
	1,50 m e 0,60 cm de largura.		-	_			_
6	Pórtico 10x08 em box truss com lona	Und	3	7 1			
	GERADOR 180 KVA: Locação de grupo			1			
	gerador de energia, móvel, silencioso,						
	com capacidade mínima de 180 KVA,			7			
7	trifásico, tensão 380/220 watts, 60 Hz.	Und	3	2	9		
					1 h .		
	com combustível, operador e cabos				1.00		
	elétricos para ligação.		166	-			
	TENDA ABERTA 10M X10M - Locação						
	com montagem e desmontagem de tenda	Se		1	NU		
8	aberta, nas dimensões minimas de 10	Und 4	3	5			
0		Olla	0	5	1135367		
	metros de frente x 10 metros de			1	I W V		
	profundidade.		100	1	WI V		
•	BANHEIROS QUÍMICOS para uso do	The state of	•	40			
9	público em geral.	Und	3	10		1	
	BANHEIROS QUÍMICOS PARA						_
10	PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS	Und	3	2			
	SONORIZAÇÃO PORTE TRÊS (03) + RIDER				100		_
				Miss		1/	
	TÉCNICO DA BANDA - 02 mesas digitais com 56			W.		1	
	canais de entrada, equalização paramétrica,	3				1/	
	compressor, gate por canal, 24 canais de saída	3		E		-	
	com equalizador gráfico de 31 bandas por canal,						
	2 fontes de alimentação; Sistema de Sonorização						
	Line Array, composto por 16 caixas tree-way por			100	11: 1		
	lado, cobertura vertical de 10 graus, horizontal de				00/		
	120 graus, sistema de bumper para elevação do			00	30		
	sistema ou acessórios para trabalhar em Ground	1 = 7		KU	70	1	
	Stacked, 16 caixas de sub Grave com 2 falantes	SXOES		and the same of			
	de 18" cada, por lado; Sistema de amplificação						
	com 6 racks de potência com 4 amplificadores		1	Fr	anne		
11	classe D, com no mínimo 2400 watts RMS por	Und	/3	1	KUT		
11	canal em 2 Omhs; 01 processador digital com 4	Ulid	3	1	-		
	entradas e 12 saídas; Software de gerenciamento	ABALH	0	1			
	do sistema através de Tablet ou computador, 01			/			
			-	P.			
	multicabo de 56 canais de entrada, transformador						
	de fase por canal com comprimento mínimo de 60						
	metros; 01 multicabo de sinal de 12 vias com						
	comprimento mínimo de 60 metros para o						
	processamento; Main power trifásico de 63			1			
	ampères por fase, regulador de tensão, voltímetro			1			
	e amperimetro; Sistema de comunicação entre			1			
	P.A. e Monitor; Sistema com 16 monitores						
	passivos two-way com 02 falantes de 12" e 1						
	Drive cada; Sistema de amplificação com 02						
	racks de potência com 4 amplificador escada com						





ESTADO DO AMAPÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA CNPJ: 33.894.009/0001- 42 PREFEITURA SANTANA 94,009/0001-122

Jossibilidade de atender 12 vias de monitoração;
Side Fili composib por 3 caixas tree-way de alta
frequência e 3 de subgrave com litames de 18°
por lado, Sistema de amplificação para
alimentação do Side Fili composib por 10ª Rack
com 4 amplificadores Classe D, potência mínima
de 1000 watis por canal, Man power trifásico de
125 ampêres por fase, regulador de tensão,
voltimerio, amperimetor e transformador isolador
de 1000 watis por canal, Man power trifásico de
125 ampêres por fase, regulador de tensão,
coletiva vertical de 10 graus, cobertura,
portunador de 100 graus, sistema de Empure para
elevação do equipamento, Sistema de
amplificação com 2º rack de potência com 4
amplificações Classe D, potência mínima de
2.400 watis em 8 Omo 2º rack de potência com 4
amplificação com 2º rack de potência com 4
amplificações Classe D, potência mínima de
2.400 watis em 8 Omo 2º rack de potência com 4
amplificações Classe D, potência mínima de
2.400 watis em 8 Omo 2º rack de potência com 4
amplificações Classe D, potência mínima de
3.400 minima de 3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.400 minima de
3.40 pedestals, microfines sem fio direct box, subpedestals, microfines sem fio direct box, subRaike com multipines ou similar.

ILLUMINAÇÃO PORTE TRÉS (03) - O1 mesa
computadorizada 2048 canies; 24 canals de
dimmer montados em Rack de 4.00 owest.

48 refletores Par 64 com Filtros Rosco coresdiversas. O8 refletores Elipsodais; 04
refletores minibrutis com 6 lámpadas OVE650 watts; 02 canhós es eguidores 1200 watts;
40 meltos de 0 30 em alumínio especial; 04
comer 0 30, 06 talhas de 1 broelada, elevação
de 8 metos com manilas e criats, 02
máquinas de fumaça D/MX; Sistema de
intercom com 3 pontos ou similar.

TELÃO DE LED 3M X3M - Tela lecipainel de ledd de alta definição, com 3 TELAO DE LED 3M X3M - Tela led: painel de led de alta definição, com resolução 10mm, outdoor e indoor, com dimensões 200x400mm, com processador de video, estrutura de q-30 cabos e acessónios, técnicos de projeção. Projetor multimidia de 3000 ansilumens so principa o pomávimo. 3 13 2 no mínimo e no máximo. SONORIZAÇÃO PARA REUNIÃO - 01 SONORIZAÇÃO PARA REUNIÃO - 01 mesa com 12 canais contendo o mínimo de 04 subgrupos, O4 viáa sauxilares, 04 bandas de equalização, sendo lodas paramétricas, fitros de graves todas as saídas deverão ser balanceadas 04 Caixas ativas 300W RMS continuos cada, com tripé, Microfone sem fio para voz com frequência de trabalho selecionável e faixa de operação em UHF, 04 Microfones com fio, 01 Aparelho de Op player para sonorização ambiente, cabos e conexões para ligar todo o sistema, 01 Operador técnico ou similar. Und 3



11	CADEIRA DE PLÁSTICO - Sem braço fixa, com encosto.	Und	3	500		
12	MESA DE PLÁSTICO - Fixa Quadrada.	Und	3	125		
13	AGUA MINERAL NATURAL SEM GAS. Acondicionada em garrafas de 350ml, embalagem prática para consumo imediato, com certificados de autorizações dos órgãos competentes e com validade para 12 (doze) meses. As diguas devem estar geladas e entregues em cubas com gelo, conforme a necessidade solicitada.	Und	3	200		
14	SERVIÇO PROFISSIONAL ESPECIALIZADO DE HOST - PARA COBERTURA DOS CONCURSOS	Und	1	2		
15	PREMIAÇÃO VENCEDORES E PARTICIPANTES CONCURSO DE DRINKS	Und	1	1		
16	PREMIAÇÃO VENCEDORES E PARTICIPANTES CONCURSO DE PRATOS	Und	1	1	No.	
	VALOR TO	TAL				

\*\*\*O valor final deve considerar os Custos indiretos com limite de até 10%\*\* (Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

10

10



15	VIGILANCIA PATRIMONIAL – pessoal para cuidar da vigilância patrimonial durante o evento até a retirada dos materiais pelos empreendedores na manhà do dia seguinte ao término do evento.	Und	3	12		
16	DECORAÇÃO OU AMBIENTAÇÃO AVA ARA AREAS DE ESTANDES 03M X 03M — Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Decoração, para ambiente medindo 03M x 03M, compreendendo aplicação de flores e plantas naturais e artificiais, bem como arranjos em vaso decorativos, tecidos, metals, artigos regionais, messas, tapetes, para atender os eventos internos.	Und	3	1		
17	ESPAÇO INSTAGRAMAVEL	Und	3	1	1	
18	SERVIÇOS HIDRAULICOS	Und	3	- 1	10000	
19	ALAMBRADO 30M LINEARES COM 2M DE ALTURA	Und	3	30M	MM	
	TOTAL	L				

Item	Especificações	Unidade	Diária	Quant	Preço Unitário	Preço Total
1	MESTRE DE CERMÓNIA - Com experiencia comprovada Deverá conduzir a abertura dos eventos e quando solicitado pela CONTRATANTE, nas recepções institucionais. O profissional deverá possuir deservoltura experiência para a apresentação de eventos. conhecimento de normas do Cerimonial Público, possuir caracteristicas de improvisador, ter segurança e conhecer bem os passos devento, ter cuidado com aparencia, discrição e sobriedade, postura correta e traiar roucas bem talhada e discretas.	Und	3 EME	2 BRO		3
2	Avental em algodão com bolso frontal e impressão	Und	/1	30	PRÇP	
3	Bandas locais de Médio Porte	Und	3	2		
4	Impressão de banners de 1.00x0.80cm colorido	Und	1	16		
5	Atração artística solo (cantor solo, Dj)	Und	3	3		
6	Serviço de apoio e limpeza treinada e uniformizada	Und	3	8		
7	Camisas de algodão, em malha fio 30, cor branca em tamanhos variados, impressão frente e costa	Und	1	50		
8	Cachê dos chefs de cozinha	Und	1	2		
9	Passagens dos chefs de cozinha	Und	1	2		
10	Hospedagens e alimentação	Und	2	2		

ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
CNPJ: 33.894.009/0001- 42



ΔΝΕΧΟ ΙΙ

(MODELO) DECLARAÇÃO

(nome da empresa), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº (informar), com sede à (endereço), por intermédio de seu (ua) representante legal (nome), inscrito(a) no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), DECLARA para fins do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado o emprego de menor, a partir de quatorze anos, na



10





ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA



(MODELO)

### DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro para os devidos fins, nos termos do art. 26, caput, inciso IX, do Decreto nº 8.726, de 2016, que a [entidade] e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

- Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional:
- Lesa regularimente constituida du, se essangiera, se academizada a fundoriar lo centrario indicinario. Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria antieriormente celebrada; Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou nao tem como ariginem remando e Poder du do ministerio Pouloco, o dirigiente de origido du entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. Não tevé as contas rejetidadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alineas "a" a "c", da Lei nº 13.019, de 2014;
- Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e
  impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
  com a administração pública; suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas
- Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas
- Não terre entre seus dirigentes pessoa regulares va rejetiadas por intontian du crismin de contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrivel, nos últimos 8 (olto) anos; e,
   Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcenas tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrivel, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para e exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por a de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art: 12 da Lei nº 8 429, de 2 de junho de 1992.

(Nome e Cargo do Representante da entidade

ESTADO DO AMAPÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA CNPJ: 33.894.009/0001- 42



ANEXO IV

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a lidentificação da organização da sociedade civil — OSC] está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº........./2025 e em seus anexos, que não incorrem nenhum de seus dirigente de quaisquer vedações previstas no presente Edital, bem como que responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção, seguindo o processo de seleção de artistas para a execução do projeto através do credenciamento realizado pelo site da Prefeitura Municipal de Santana - PMS



ESTADO DO AMAPÁ



ANEXO V

(MODELO)

## DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea °c\*, da Lei nº 13.019, de 2014, c/c o art. 26, caput, inciso X, do Decreto nº 8.726, de 2016, que a fidentificação da organização da sociedade civil –OSC dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvin nento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

ΟU

pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com rec<mark>ursos da</mark> parceria outros bens para tanto.

OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme a sua situação<mark>. A prese</mark>nte observação deverá se<mark>r suprimida da versão final da de</mark>claração

Local-UF,

de 2025

de

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

10



# ANEXO VI

# TERMO DE COLABORAÇÃO - MINUTA

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº XXXX /2025- SANCULT/PMS

# CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

1.1 — Constitui objeto do presente termo de colaboração ao apoio e execução do projeto, na área cultural, intitulado "PROJETO CIRCUITO CULTURAL 2025,", devidamente executado através de Chamamento Público SANCULT Nº 003/2025, em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado e constante no processo administrativo, com repasse de recursos financeiros oriundos do Recurso da Transferência Especial, Convenio e Tesourio para Investimentos no setor cultural.

1.2 – O plano de trabalho referido na cláusula 1.1 é parte integrante e indissociável do presente Termo de

2.1 – Para a execução do projeto previsto na cláusula primeira, o Município, através da SANCULT, repassará à organização da sociedade civil, o montante de R\$ 1.178.391,07 (um milhão cento e setenta e oito mil organização da sociedade civil, o montante de N\$ 1.178.391,07 (um milhão cento e setenta e oito mil trezentos e noventa e um reaise seate centarvos), recurso este proveniente de XXXXXXXXXXXXXXXXX, a ser repassado em parcela única, condicionado as formalidades legais atribuídas.

2.2 - O repasse a ser concedido pelo Municipio onerará a dotação.

U.O; 02.16.01 - Fundação de Cultura do Municipio - SANCULT - PROGRAMA: 13.392.0010.2139.0000

FI FMENTOS: 3 3 90 39 00 FONTE: 001.001 FICHA: 403

> PROGRAMA: 13.392.0010.2139.0000 ELEMENTOS: 3.3.90.39.00 FONTE: 100.024 FICHA: 687

2.3 – O repasse será realizado somente se a organização da sociedade civil estiver em dia com a prestação de contas de repasses concedidos anteriormente, independente do exercício.

10



### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Termo de Colaboração terá vigência de 03 (três) meses a contar de sua assinatura

3.2 – A vigência desta parceria poderá ser prorrogada:
 a) de oficio, no caso de atraso na liberação de recursos por parte do Município, por período equivalente ao

b) mediante solicitação da Organização da Sociedade Civil, devidamente formalizada e justificada, a ser

o mountaires solicitação do originização do a Sobietade Civin, teriodinênte unitalizade à possibilidade, a sepresentada a objetor Presidente das SANCULT em, no mínimo, 10 (dez) dias utiles antes do seu término.

3.3 — Este Termo de Colaboração poderá ser rescindido pelos participes, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, desde que comunicado por escrito, com no mínimo 10 (dez) dias úteis de antecedência.

# CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

 4.1 – São obrigações do MUNICÍPIO.
 4.1.1 – Efetuar a transferência do recurso financeiro previsto na cláusula segunda, no prazo estipul desde que verificada a regularidade da prestação de contas de repas independente do exercício

independente do exercicio.
4.1.2 — Analisar, através do Gabinete da SANCULT, a prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil relativo ao repasse concedido em razão desta parceira.
4.1.3 — Reter as parcelas subsequentes, quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação às obrigações deste Termo de Colaboração ou em caso de a organização da sociedade civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pelo Murcipio ou pelos órgão de control intermo e externo até a defixia regularização. Em asa que futuricipio ou pelos órgão de control en intermo e externo, até a efetiva regularização. Em caso de retenção das parcelas subsequentes, o Município externo, até a efetiva regularização. Em caso de retenção das parcelas subsequentes, o Município, através da SANCULT, cientificar à organização da sociedade civil para, querendo, apresentar justificativa que entender necessária no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis. Em caso de apresentação de justificativa pela organização da sociedade civil, a SANCULT analisaria os argumentos trazidos, decidindo sobre a retomada ou não dos repeases, bem como quanto ao pagamento o umão das parcelas retidas, que só poderão aer liberadas em caso de manutenção das atividades previstas no plano de trabalho. Em caso de descumprimento das notificações e prazos apontados para saneamento de irregularidades ou impropriedades da prestação de contas e da execução do objeto, e SANCULT (CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO aplicará as penalidades previstas na clausula decima deste Termo el Calaboração. deste Termo ele Colaboração.
4.1.4 - Proceder, por intermédio dos técnicos da SANCULT, o monitoramento e a avaliação do

4.1.4 – Proceder, por intermedio dos tecnicos da SANCULII, o monómicimento e a avaliação do cumprimento do objeto da parcania, inclusive com a realização de visital(s) in loco.
4.1.5 – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação das ações objeto do presente Termo de Colaboração, submetendo-o à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, nos termos do art. 59 da Lei Federal n.º 13.0192014, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

4.1.6 – Através do gestor da parceria

4.1.6.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

4.1.6.2 - Informar ao Diretor Presidente da SANCULT a existência de fatos que possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados; 10



4.2.14 - Realizar a prestação de contas dos recursos recebio 60 dias, conforme estipulado pela legislação vigente.

4.2.15 - Devolver a SANCULT eventuais saldos financeiros remanescentes, inclusive os obtidos de 4.2.15 - Devolver a SANCULT reventuais saldos financeiros remanescentes, inclusive os obtodos de aplicações financeiras realizadas, no prazo máximo e imporrogadve de até 30 (trina) dias corridos, en caso de denúncia, rescisão, extinção do Termo de Colaboração, devendo comprovar tal devolução através de comprovante anexado à prestação de contas, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada plea autoridade competente da administração pública, ou, na data da prestação de contas da última parcela no caso de conclusão da parceria.

4.2.16 – Restituir a SANCULT o valor recebido da parceria e seus rendimentos financeiros, atualizado monetariamente e acresción de juros de mora, quando:
a) não houver, por qualquer motivo, a execução do objeto pactuado;
b) a prestação de contas não for apresentada ou as pendências sanadas no prazo determinado

pelo órgão gestor, acarretando na rejeição das contas; c) os recursos forem utilizados em finalidade diversa do ora estabelecido.

4.2.17 – Não repassar nem redistribuir a outras Organizações da Sociedade Civil, ainda que de mesma finalidade, dos recursos oriundos desta parceria.

4.2.18 – Manter em seus arquivos os documentos originais que compuseram a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação das mesmas

4.2.19 - Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos em razão desta parceria, inclusive no que diz respeito as despesas de custeio e de

4.2.20 - Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciános, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública sua inadimpl<mark>encia e</mark>m relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

4.2.21 - Apresentar ao Gabinete do Diretor Presidente da SANCULT, no primeiro dia de vigência da parceria, a relação nominal atualizada dos grupos e seus responsáveis legais.

4.2.22 - Manter, durante toda a vigência da parceria, as condições iniciais de autorização, bem como

4.2.23 – Comunicar por escrito, ao Gestor da Parceria, com no mínimo 15 (quinze) dias úteis de antecedência, eventuais pretensões de alterações no Plano de Trábalho, com as devidas justificativas para análise, desde que mantido o objeto da parceria.

4.2.24 – Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a Administração Pública, nos termos do artigo 11 e seu parágrafo único da Lei Federal nº 13.019/2014.

4.2.25 - Garantir medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos, de acordo com as características do objeto da parceria.



ESTADO DO AMAPÁ



4.1.6.3 - Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em eração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o artigo 59 da Lei Federal nº 13.019/2014 e a subcláusula 4.1.4; 4.1.6.4 — Disponibilizar materiais e equipame

nentos tecnológicos necessários às atividades de 4.1.0.4 Disponibilizar intacerato e equipamentos revinologicos recessantos as auvuades de monitoramento e avaliação.
4.1.7 - Manter, em seu sitio oficial na internet, a parceria celebrada, até 180 dias após seu

encerramento. 4.1.8 – Divulgar os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na

4.2 – São obrigações da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
4.2.1 – Executar as ações previstas no plano de trabalho aprovado em consonância com a legislação pertinente e a inexigibilidade de Chamamento público SANCULT n.º 001/2025, observando os critérios de qualidade técinica, os prazos e os custos previstos.
4.2.2 – Responsabilizar-se pela integridade física dos participantes e técnicos integrantes do projeto no período de vigência deste termo de colaboração.
4.2.3 – Responsabilizar-se pelas coberturas legais para apresentação e utilização de quaisquer ações de cunho cultural e observância a legalidade perante a lei de proteção aos direitos autorais Lei Federal 95 filos lás acres pestidades da OSC.

9.610/98, já sendo prevista, o qual será de inte<mark>ira responsabilidad</mark>e da OSC. Prestar ao Município, através SANCULT e do Gabinete do <mark>Direto</mark>r Preside<mark>nt</mark>e, todas as informações e esclarecimentos necessários durante o processo de monitoramento e avaliação do cumprimento do

esdarecimentos necessários durante o processo de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria.

4.2.4 - Promover, no prazo a ser estipulado pelo Município, as adequações e a regularização de pendências, identificadas no processo de monitoramento e avaliação.

4.2.5 - Apresentar ao Gabinete do Diretor Presidente da SANCULT, nos prazos e nos moldes por ela estabelecidos, so relatórios das atividades executudadas.

4.2.6 - Relatar ao Gabinete do Diretor Presidente da SANCULT, todo fato relevante e quaisquer fatos que comprendam a correta execução do objeto da parceria.

4.2.7 - Comprise por secritos incriadramente à SANCULT, atravis do Gabinete do Diretor Presidente.

que comprometam a correta execução do objeto da parceria.
4.2.7 – Comunicar por escrito e imediatamente à SANCULT, através do Gabinete do Diretor Presidente, sobre eventuais alterações estatutárias e constitução da diretoria.
4.2.8 – Aplicar integralmente os valores recebidos em razão desta parceria, assim como os eventuais rendimentos, no cumprimento do objeto constante da cláusula primeira em estrita consonância com o Plano de Trabalho aprovado.
4.2.9 – Observar os princípios da impessoalidade, isonomia, economicidade, probidade, da eficiência, publicidade, transparência na aplicação dos recursos e da busca permanente de qualidade nas contratações de bense e serviços, feitas como uso de recursos transferidos pela administração pública.
4.2.10 – Manter conta bancária em instituição financiera fueblica, a ser utilizada exclusivamente para o recebimento dos recursos organos, desta parceria, en procedes toda a movimentação fanaceira de taita como sua contratações a movimentação pública. recebimento dos recursos oriundos desta parceria e proceder toda a movimentação financeira de tais recursos na referida conta

4.2.11 - Aplicar os saldos e provisões referentes aos recursos repassados a título da parceria indo-se a utilização de conta corrente com a opção de aplicação financeira com

42.12 - Efetuar todos os pagamentos previstos no plano de trabalho com os recursos oriundos desta parceria dentro da vigência deste Termo de Colaboração.
42.13 - Indicar, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovam as despesas - inclusive a nota fiscal eletrônica - o número do presente Termo, a fonte de recurso e o órgão público celebrante a que se refere, mantendo-os na posse para eventuais fiscalizações e/ou conferências

ESTADO DO AMAPÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA CNPJ: 33.894.009/0001- 42



4.2.26 – Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribuna de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

# CLÁUSULA QUINTA – DOS BENS REMANESCENTES

5.1 – Ao término da vigência da parceria, os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recurso público da parceria, deverão ser devolvidos à SANCULT, em bom estado de conservação e funcionamento.

5.2 – Os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos provenientes da celebração da parceria deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a Organização da Sociedade Civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de extinção da

# CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 – A prestação de contras deverá ser digitalizada em formato PDF e encaminhada para o e-mail institucional da SANCULT, de acordo com os prazos estabelecidos na subcláusula 4.2.14.

6.2 – A prestação de contas deverá ser elaborada com rigorosa observância à legislação específica, conforme as disposições constantes na Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações, na Lei Federal nº 9.615/1998 e suas alterações, nas instruções Normativas do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Amapá em vigor e na inexigibilidade de Chamamento público SANCULT Nº 001/2025.

ntos que compõem a prestação de contas deverão estar assinados pelo responsável legal da OSC e por contador ou técnico em contabilidade legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de

6.4 - Os seguintes documentos deverão ser apresentados para comprovação das despesas:

a) demonstrativo integral de receitas e despesas;

b) planilha de prestação de contas, contendo todas as despesas realizadas no período em ordem

c) extrato bancário da contracorrente e da aplicação financeira de todos os meses do período analisado;

d) comprovantes das despesas realizadas e previstas no plano de trabalho relativo ao periodo analisado, através de documento fiscal (nota fiscal eletrônica de serviços ou de consumo);

e) certidão de regularidade junto ao Conselho Regional de Contabilidade do contador ou técnico em

f) certidões negativas de débito exigidas no Edital de Chamamento SANCULT nº 001/2025;

g) Certificado de Registro Cadastral - CRC, tanto da matriz, quanto de eventual(is) filial(is) executora(s)

h) comprovante de transferência à conta bancária da SANCULT de saldo e eventuais aplicaçõ financeiras do recurso municipal, quando da entrega da prestação de contas final ou em caso de interrupção do projeto;







- i) documento de promessa de transferência à Administração Pública de eventuais permanentes adquiridos com recurso público da parceria
- j) relatório de execução do objeto contendo as atividades des e o comparativo de metas propostas com os resultados alcan
- 6.5 Os seguintes documentos poderão ser apresentados pela OSC para comprovação das despesas:
  - a) nota fiscal sempre que o fornecedor ou prestador de servico for pessoa jurídica
  - b) nota fiscal avulsa se o prestador de serviço for pessoa física
  - c) recibo de pagamento mais nota fiscal avulsa;
  - d) comprovante de recolhimento de impostos, encargos trabalhistas e previd
  - e) recibo comum em papel simbrado do prestador de serviço apenas nos casos de pagamento de de inscrição, taxa de arbitragem e anuidade ou quando o prestador de serviço for legalmente ise emissão de nota fiscal, devendo ser anexado documento que comprove a legalidade da isenção;
  - nto, tabela de jogos e súmulas que comprovem a participação da equipe em c
  - g) bilhetes de embarque (ida e volta) nos casos de compra de passagem aérea.
- § 1º A data de emissão dos documentos comprobatórios de despesas e comprovantes de pagamento, deverá estar compreendida dentro da vigência deste Termo de colaboração.
- 6.6 Os comprovantes de despesa deverão ser emitidos sem rasuras, devendo conter nos seus originais inclusive na nota fiscal eletrônica
  - a) data de emissão:
  - b) descrição do bem adquirido ou do serviço prestado;
  - c) quantidade, valor unitário e valor total;
  - d) nome do projeto;
  - e) número do termo de colaboração;
  - f) fonte de recurso (Municipal/ SANCULT);
  - g) órgão público celebrante da parceria (Fundação de Cultura do Município de Santana SANCULT);
  - h) número da transferência utilizada para o pagamento, cheque, débito ou data do saque em espe para efetivação do pagamento;
- 6.7 É vedado o pagamento de juros e multas por atraso de pagamento de guias de recolhimento de impostos ou boletos bancários, assim como quaisquer tipos de despesas provenientes da manutenção da conta bancária e movimentação do recurso.



10



- I. retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens
- assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na restação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades; Parágrafo único. As situações previstas no caput devem ser comunicadas pelo gestor da parceria ao Presidente da SANCULT.

### CLÁUSULA NONA - DAS SANCÕES

- DLAUSULA NOMA DAS SANÇUES 9.1 As sanções administrativas previstas neste Termo de Colaboração seguem os parâmetros do art. 73 da Lei nº 13.019/2014 e seus desdobramentos regulamentares definidos nos Decretos Federais nº 8.726/2016 e nº 11.948/2024, garantindo o devido processo legal e proporcionalidade na aplicação de penalidades.
- 9.2 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas vigente neste Termo de Colaboração e da legislação específica, bem como em desacordo com as disposições contidas neste termo de Colaboração, o Município poderá, garantida a prévia defesa, apricar à organização da sociedade civil as
  - advertência
  - II. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de ce parceria ou contrato com órgãos e entidades do município, por prazo não superior a dois anos;
- III. declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a propria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e apos decorndo o prazo da sanção aplicada com base no inciso II. §1º As sanções estabelecidas nos incisos II, II e III desta cláusula são de competência exclusiva da Presidente da Fundação Municipal de Cultura, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requenda após dois anos de aplicação da penalidade.
- §2º Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
- §3º A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração

### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

- 10.1 As partes elegem o foro da Comarca de Santana para dirimir quaisquer questões oriundas deste Termo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 10.2 É obrigatória, nos termos do art. 42, XVII da Lei Federal n.º 13.019/2014, a prévia tentativa de solução administrativa de eventuais conflitos, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública.

10

ESTADO DO AMAPÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA



# CLÁUSULA SÉTIMA – DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

- 7.1. A gestão financiera da parceira deverá observar o Decreto nº 11.948/2024, quanto à rastreabilidade dos pagamentos, uso de conta bancária específica, e possibilidade de utilização de pagamentos eletrônicos, respeitadas as boas práticas de governança e integridade financeira.
- 7.2 Toda a movimentação financeira de recursos entre a SANCULT e a organização da sociedade civil será realizada mediante transferência eletrônica com identificação do beneficiário ou depósito e em sua conta
- 7.3 É vedada a transferência dos recursos recebidos em razão da parceria para outra conta bancária, sem a
- 7.4 Os rendimentos obtidos com aplicação financeira poderão ser somados aos valores repassados pelo SANCULT, devendo ser indicado na prestação de contas em qual item de despesa foi utilizado.
- 7.5 Os pagamentos efetivados com recursos da parceria, previstos no plano de aplicação e dentro da vigência deste termo de colaboração, deverão ser realizados mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final, cheque nominal ou através de cartão de débito da conta bancária exclusiva da parceria.
- 7.5.1 Os pagamentos deverão ser realizados exclusivamente aos fornecedores e pre
- 7.5.2 Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, cheque nominal ou débito, é admitida a realização de pagamento em espécie, desde que acompanhada de justificativa detalhada, subscrita pelo representante legal da Organização da Sociedade Civil.

# 7.6 - É vedado à OSC

- Utilizar os recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;
- II. repassar ou distribuir a outra Organização da Sociedade Civil, ainda que com finalidade esportiva, bem como, a qualquer outra pessoa jurídica, recursos oriundos da parceia celebrada;
- contratar agente político de Poder, membros do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera de governamental celebrante, e o cônjuge, companheiro ou parente em inha reta, colateral ou por afinidade, destes, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica;
- contratar ou remunerar, a qualquer titulo, servidor ou empregado público com recurs vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretiriz orçamentárias
- pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido fora do prazo de vigência desta parceria

# CLÁUSULA OITAVA - DA HIPÓTESE DE RETOMADA

8.1 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, o Município, poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades

10



Este Termo de Colaboração foi elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014, com as alterações da Lei nº 13.204/2015, e com os Decretos Federais nº 8.726/2016, nº 11.661/2023 e nº 11.948/2024, assegurando legalidade, eficiência, transparência e segurança jurídica à celebração das parcenas com Organizações da Sociedade Civil.

Santana. XXX de XXXXXXXXX de 2025.





ESTADO DO AMAPÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA CNPJ: 33.894.009/0001- 42



ANEXO VII

(MODELO)

# PLANO DE TRABALHO

# OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO

Nos termos deste anexo, ficam estabelecidos os formatos e dizeres para solicitação de Termo de Colaboração, e suas prestações de contas.

Dados sobre a Entidade Nome Completo da Entidade CEP: CNP Email: Nome do Representante Legal: Vencimento do Mandato: /

Senhor Diretor Presidente da SANCULT.

, requer de V. Senhoria a celebração de Termo de Colaboração fundada em / /

RABALH Santana - Amapá,

Assinatura do Presidente OSC (com carimbo)

10



# PLANO DE TRABALHO

# - DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE (INSTITUIÇÃO):

DADGG GADAGTIG	io bo i itoi oiteitie (iitoi	noigho).	
ENTIDADE:		CNPJ:	
ENDEREÇO:		'	
NOME DO RESPO	NSÁVEL:	CPF:	
CI	CARGO:	FUNÇÃO:	

# - DADOS CADASTRAIS DO CONCEDENTE(MUNICÍPIO/FUNCTEL):

ENTIDADE:	-	CNPJ:	
ENDEREÇO:			
NOME RESPONSÁVE		CPF:	W.
CI:	CARGO:	FUNÇÃO:	

# - DESCRIÇÃO DO OBJETO

TITULO DO PROJETO:	PERÍODO DE EXECUÇÃO:	MY
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:	0000	
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO:		W B
VALOR GLOBAL:		TMAS

# - CRONOGRAMA DEEXECUÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DURAÇÃO	
II CIVI	ESPECIFICAÇÃO EZEN	INÍCIO	TÉRMINO
01	Aquisição de material	mês/ano	mês/ano
02	Aquisição de	mês/ano	mês/ano
03	Pagamento das despesas de	mês/ano	mês/ano
04	Aquisição de	mês/ano	mês/ano

# PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ x 1,00)

# MUNICÍPIO

NATUREZA DA DESPESA			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE	PROPRONENTE

10



01	Aquisição de material	R\$ 00,00	
02	Aquisição de	R\$ 00,00	
03	Pagamento das despesas de	R\$ 00,00	
04	Aquisição	R\$ 00,00	
TOTAL	MENSAL	R\$ 00,00	
TOTAL	GERAL	R\$ 00,00	

# INSTITUIÇÃO (se houver contrapartida)

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE	PROPRONENTE
	Atividades tais como:		
TOTAL MEN	SAL		R\$ 0,00
TOTAL GER	AL C	7	R\$ 0,00

# DESCRIÇÃO DO OBJETO

Descrever o objeto a ser executado – principais atividades e metas:

# CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

META	ETAPA/FASE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	PERÍODO  DE EXECUÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
	41		-7/4//		P
	MAN	TANIA		200 190	

DECLARAÇÃO	(A)	()	
Na qualidade de representante da		, para fins de pr	ova junto ao Município de
Santana - AP, para os efeitos e sob as per	nas da lei, qu	e inexiste qualquer débite	o em mora ou situação de
inadimplência com o Município de Santar	na, Amapá	ou qualquer órgão ou e	ntidade da Administração
Estadual, Federal que impeça a transferên	icia de recurs	os para esta Instituição.	
Pede deferimento,			
Santan	a / AP,	de	de
	Presidente	OSC	

10

PREFEITURA SANTANA

# APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO





ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
CNPJ: 33.894.009/0001-42



ANEXO VIII

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA ESPECIFICA

Declaro que a [identificação da organização da sociedade civil — OSC], inscrita no CNPJ, Responsável (nome) CPF (numero) RG (numero), está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamiento Público nº 003/2025 e em seus anexos, que a abertura de conta especifica para recebimento de transferência de valores do referido edital, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados.



Assinado por 1 passoe. MANCEL DUARDE QUEIROZ DO IAASCIMENTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://santama.idoc.com.br/verificarcao/DE-43



código D19C-033E-9E17-4398

ao/D19C-033E-9E17-4398 e

# **PUBLICAÇÃO SEMAD**



ESTADO DO AMAPÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA № 176/2025-GAB/SEMAD/PMS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas por delegação do Exmo. Sr. Prefeito, por meio do Decreto nº 1205, de 14 de maio de 2025, bem como pelo disposto no inciso II do artigo 1º e no inciso IX do artigo 3º do Decreto Municipal nº 439/2016-PMS, que regulamentou o artigo 13 da Lei Complementar nº 007/2015 - PMS, em consonância com o disposto no artigo 60, inciso I e II e no artigo 49 da Lei Orgânica do Município de Santana, e

CONSIDERANDO o constante no Protocolo de RH 2.477, de 13 de agosto de 2024.

# RESOLVE

Artigo 1º - Conceder Licença a Título de Prêmio por Assiduidade ao servidor AUGUSTO PAULO PIRES DE OLIVEIRA MARECO, matrícula nº 37109, pertencente ao Quadro de Pessoal EFETIVO desta Prefeitura, ocupante do cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO-SEMDUH, para usufruto no período de 01 de junho de 2025 a 31 de agosto de 2025, referente ao período aquisitivo de 12/02/2020 a 11/02/2025.

Artigo  $2^{o}$  - Revogam-se as disposições em contrário.

**Artigo 3^{\circ} -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

SANTANA-AP, 09 DE MAIO DE 2025.

# ISRAEL MONTEIRO DA SILVA JÚNIOR

Secretário Municipal de Administração Decreto nº 1205/2025 – GAB.PREF/PMS Assinado por 1 pessoa: ISRAEL MONTEIRO DA SILVA JUNIOR



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA № 177/2025-GAB/SEMAD/PMS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas por delegação do Exmo. Sr. Prefeito, por meio do Decreto nº 1205, de 14 de maio de 2025, bem como pelo disposto no inciso II do artigo 1º e no inciso IX do artigo 3º do Decreto Municipal nº 439/2016-PMS, que regulamentou o artigo 13 da Lei Complementar nº 007/2015 - PMS, em consonância com o disposto no artigo 60, inciso I e II e no artigo 49 da Lei Orgânica do Município de Santana, e

CONSIDERANDO o constante no Protocolo de RH 798, de 28 de março de 2025.

### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Licença a Título de Prêmio por Assiduidade ao servidor ANTONIO MELO CARDOSO, matrícula nº 33839, pertencente ao Quadro de Pessoal EFETIVO desta Prefeitura, ocupante do cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD, para usufruto no período de 01 de junho de 2025 a 31 de agosto de 2025, referente ao período aquisitivo de 10/12/2010 a 09/12/2015.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

SANTANA-AP, 09 DE MAIO DE 2025.

### ISRAFI MONTEIRO DA SILVA ILÍNIOR

Secretário Municipal de Administração Decreto nº 1205/2025 – GAB.PREF/PMS



por 1

ISRAEL MONTEIRO DA SILVA JUNIOR

código B3CA-2C72-B35B-782D

335B-782D



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA № 189/2025 – GAB/SEMAD/PMS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas por delegação do Exmo. Sr. Prefeito, por meio do Decreto nº 1205, de 14 de maio de 2025, bem como pelo disposto no inciso II do artigo 1º e no inciso IX do artigo 3º do Decreto Municipal nº 439/2016-PMS, que regulamentou o artigo 13 da Lei Complementar nº 007/2015 - PMS, em consonância com o disposto no artigo 60, inciso I e II e no artigo 49 da Lei Orgânica do Município de Santana, e

CONSIDERANDO o constante no Memorando 4.983, de 21 de março de 2025.

# RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor JONHWENE SILVA E SILVA, matrícula nº 703347, pertencente ao Quadro de Pessoal COMISSIONADO desta Prefeitura, ocupante do cargo de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD, para usufruto no período de 02 de junho a 01 de julho de 2025, referente ao período aquisitivo de 2024/2025.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

SANTANA-AP, 12 DE MAIO DE 2025.

# ISRAEL MONTEIRO DA SILVA JÚNIOR

Secretário Municipal de Administração Decreto nº 1205/2025 – GAB.PREF/PMS

10



Edição Nº 2048 - 19 de maio de 2025

B68F-E

FDC5-4A0E

8

las

, bor

-EE14

-DC5-4A0E-B68F

# **PUBLICAÇÃO SEME**

A Secretaria Estadual/Municipal/Prefeitura/Rede Federal de Santana - AP, neste ato representado pelo Secretário(a) Municipal de Educação AMARILSON GUILHERME DO

portador do CPF 571.297.112-72, resolve

### FIRMAR o presente ACORDO DE ADESÃO

tendo em vista o que consta do Processo n. 23000.007281/2025-93 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.531, de 16 de majo de 2023 e da Portaria SEGES/MGI nº 1.605, de 14 de marco de 2024, bem como da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e da Portaria MEC nº 234, de 02 de abril de 2025, mediante as cláusulas e condições a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Acordo de Adesão acessório é a disponibilização e utilização do módulo Gestão Presente na Escola - GPE, no âmbito do Sistema Gestão Presente, integrantes da plataforma MEC Gestão Presente, ao qual o aderente formalizou sua adesão

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

## 3.1. DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO:

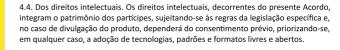
- a) disponibilizar o módulo GPE ao ente aderente, responsabilizando-se por seu
- b) fornecer ao ente aderente formação e apoio técnico contínuo para a adequada utilização do módulo GPF:
- c) tratar os dados compartilhados pelo ente aderente por meio do GPE, com registro de suas operações, observadas as finalidades dispostas na Portaria MEC nº 234, de 02 de abril de 2025 e a legislação aplicável;
- d) fornecer ao ente aderente, quando pertinente, resultados de avaliações relacionadas à execução do presente Acordo, notadamente aquelas que analisem aspectos administrativos e educacionais do primeiro, com base nos dados compartilhados por
- e) divulgar o módulo GPE, visando gerar engajamento, mobilização e comprometimento;
- f) registrar o presente Acordo de Adesão acessório em sistema eletrônico do Ministério:
- g) disponibilizar o plano de operacionalização, detalhando as etapas e prazos para a adoção dos instrumentos e soluções digitais do MEC Gestão Presente.

# 3.3 DAS OBRIGAÇÕES DO ADERENTE:

- a) utilizar as funcionalidades disponibilizadas por meio do GPE, fornecendo orientação contínua e ostensiva aos estabelecimentos educacionais e funcionários vinculados a sua
- b) compartilhar com o MEC os dados, inclusive pessoais, necessários para a execução do presente Acordo, em periodicidade e padrões definidos pelo primeiro;
- c) responsabilizar-se pela divulgação do GPE em nível local, mobilizando a comunidade e suas lideranças, os pais e responsáveis, bem como os meios políticos e administrativos;
- d) acessar a assistência técnica da União para operacionalização do GPE, garantindo a participação de todos os atores necessários para a consecução desse objetivo, inclusive com a adequada disponibilização de recursos de tecnologia da informação;
- e) realizar o tratamento dos dados relativos à sua rede que estejam inseridos no contexto do GPE, com registro das operações, compartilhando os resultados desse tratamento com o MEC, quando pertinente; e
- f) observar o cronograma de implementação definido pelo MEC, previsto no plano de operacionalização, cumprindo rigorosamente as etapas e prazos estabelecidos para a execução do MEC Gestão Presente.

# CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS:

- 4.1. Da cooperação mútua. Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações.
- 4.2. Dos recursos humanos. Os recursos humanos utilizados, em decorrência das atividades deste Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação, não acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe e não implicarão cessão de servidores.
- 4.3. Dos recursos financeiros. Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros ou doação de bens entre os partícipes, e as despesas necessárias à execução do presente Acordo correrão por conta das dotações específicas constantes nos respectivos orçamentos, salvo pactuação expressa em sentido contrário.



- 4.5. Das alterações. O presente Acordo poderá ser alterado, mantido seu objeto, devendo ser requerida nova anuência.
- 4.6. Do encerramento. O presente Acordo poderá ser por extinto:
- 4.6.1 por consenso dos partícipes, devendo ser devidamente formalizado;
- 4.6.2. por denúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 dias; e
- 4.6.3. por rescisão a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, devidamente justificada, mediante comunicação formal com antecedência mínima de 30 dias, quando houver descumprimento de obrigação, ou na ocorrência de caso fortuito ou de forca maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.
- 4.7. Da vigência. O presente Acordo de Adesão irá viger por período indeterminado, até seu encerramento por comum acordo entre os partícipes, denúncia ou rescisão.
- 4.8. Da publicação. Os partícipes deverão publicar o presente Acordo de Adesão na página de seus respectivos sítios oficiais na internet.
- 4.9. Da publicidade. A publicidade decorrente dos atos, programas, serviços e campanhas procedentes deste Acordo de Adesão deverá possuir caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do art. 37, §1º, da Constituição Federal.
- 4.10. Do acordo de adesão principal. Todas as cláusulas e disposições do Acordo de Adesão principal são plenamente aplicáveis ao presente Acordo acessório. independentemente de sua transcrição ou remissão no presente texto.



- 4.11. Da execução do presente Acordo. A efetiva execução do presente Acordo de Adesão observará a programação e priorização definida pelo MEC, conforme os critérios estabelecidos na Portaria MEC nº 234, de 02 de abril de 2025, a fim de possibilitar o atendimento a todos os entes e instituições aderentes, conforme a capacidade técnica do Ministério.
- 4.12. Dos casos omissos. Os casos omissos e as dúvidas porventura existentes serão dirimidos mediante entendimentos entre os partícipes. Os casos omissos serão resolvidos conforme os preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 4.13. Da conciliação e do foro. Os partícipes solicitarão a resolução de eventuais conflitos à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal da Advocacia-Geral da União. Não logrando êxito, elegem a Justiça Federal da Seção Judiciária competente no território do ente aderente como foro para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Adesão.

Termo assinado por AMARILSON GUILHERME DO AMARAL, CPF: 571,297,112-72 na data de: 28/04/2025 16:20:51.







, Jo

# EDITAL DE CONVOCAÇÃO

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA ÁREA PORTUÁRIA. Nº 001/2025

O presidente da Comissão Eleitoral, no uso de suas atribuições que lhe confere o extento desta entidade resolve: lançar edital de inscrições para Eleição da nova Diretoria Executiva e Convocar para Assembleia Geral todos os moradores da Área Portuária para Participarem, da seguinte Pauta:

Períodos de Inscrições das chapas e apresentação de documentos para concorrer à eleição será:	Prazo Inicial: 16/05/25, a partir das 18:00 horas. Prazo final: 26/05/25 até as 23:30h
Assembleia Geral e Reunião de orientação da Comissão Eleitoral para as chapas inscritas e para:  I Representante de cada chapa que irá compor a comissão eleitoral.  2 Fiscais de cada chapas inscritas que vão fazer os cadastros dos moradores.  3 Havendo uma inscrição de chapa está será aclamada.	31/05/2025 As 09:00 1º Primeira chamada, 09:00 Segunda Chamada:09:30, Iniciando assim com qualquer número de pessoas. Local: Igreja Assembleia de Deuc Congregação Salém, localizada na rua 31 de Março na Àrea Portuária.
Data da eleição: 13.07.2025 Local da votação: Escola Estadual Afonsarinos	13 de Julho de 2025. Inicio: 8:00 horas Termino: 17:00 horas
Data de inicio que as chapas devidamente com a inscrição homologada podem dar inicio na campanha eleitoral	Inicio 26/05/2025 Obs:Prazo de recurso de (quatro) 4 dias. Termino: 12/07/2025 (Campanha Eleitoral)
As chapas interessadas em fiazerem as inscrições para concorrerem as eleições para associação dos moradores da Área Portuária, poderão fiazer o agendamento eletrônico pelo Whats App, obedecendo as datas e horários estabelecidos para os prazos das devidas inscrições.	Telefones para agendamento: Joelson Garcia: 99112-5146

Santana, 16 de Maio de 2025.

Joelson Souza García

Presidente da Comissão Eleitoral









CIDADE MELHOR COM AJUDA DE TODOS

